

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE PARANAÍBA

Aldierica Pissioli Menezes Barros

**AS ESCOLAS RURAIS MISTAS DE APARECIDA DO TABOADO -
MS (1970-2000)**

Aldierica Pissioli Menezes Barros

**AS ESCOLAS RURAIS MISTAS DE APARECIDA DO TABOADO -
MS (1970-2000)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS,
Unidade de Paranaíba como exigência parcial para a
conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Prof^o Me. Jémerson Quirino de Almeida.

B273e Barros, Aldierica Pissioli Menezes
As escolas rurais de Aparecida do Taboado – MS (1970-2000)/ Aldierica Pissioli Menezes. - - Paranaíba, MS: UEMS, 2017.
73f.; 30 cm.

Orientador: Jérmerison Quirino de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) –
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de
Paranaíba.

1. Escolas rurais. 2. Classes multisseriadas. I. Barros, Aldierica Pissioli Menezes. II. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Paranaíba, Curso de Pedagogia. III. Título.

CDD – 370.19346

Bibliotecária Responsável: Susy dos Santos Pereira- CRB1º/1783

Aldierica Pissioli Menezes Barros

**AS ESCOLAS RURAIS MISTAS DE APARECIDA DO TABOADO -
MS (1970-2000)**

Este exemplar corresponde à redação final do Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção da Licenciatura em Pedagogia.

Aprovada em/...../.....

BANCA EXAMINADORA

Profº. Me. Jémerson Quirino de Almeida (Orientador)
Universidade Estadual de MatoGrosso do Sul (UEMS)

Profº. Dr. Djalma Querino de Carvalho
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul(UEMS)

Prof.^a M^a. Simone Silveira dos Santos
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS)

*Dedico meu trabalho à meu amado pai
Jonas Gonçalves Menezes "Em Memória".*

AGRADECIMENTOS

Neste momento de agradecer, tudo fica muito complexo em simplesmente dizer: "eu te agradeço por tudo o que me fez proporcionar durante quatro anos de luta nessa caminhada". Foram muitas tristezas, frustrações, alegrias e reconhecimentos.

Foi com muita fé e persistência que encerrei esse ciclo e obtive essa vitória.

Gostaria de agradecer imensamente meu orientador Jémerson Quirino de Almeida, que confiou e acreditou em mim para a realização do meu trabalho de conclusão de curso, pelos seus ensinamentos e sua colaboração pronta e generosa, em especial as suas orientações e críticas e por ter contribuído no meu crescimento enquanto acadêmica.

A minha família, que precisou entender e conviver muitas vezes com a minha ausência, me fortalecendo ainda mais. Agradeço de coração a cada um de vocês, que de alguma forma me ajudaram a conseguir minha formação acadêmica.

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e ao corpo docente que, ao passarem seus ensinamentos, auxiliaram para a concretização deste estudo e para direção e coordenação do curso de Pedagogia, que sempre obtive deles tudo o que me era necessário para chegar ao final do curso.

Agradeço aos professores que compôs a banca, Djalma e Simone, por ter me concedido a aprovação em meu trabalho de conclusão de curso.

E não posso esquecer minhas amigas da universidade, que hoje fazem parte da minha vida, com quem aprendi muito ao longo do curso, sempre me incentivaram a não desistir.

"A professora não pode só ensinar. Ela deve ver dentro da alma, para ajudar a criança na sua cura. Ela deve formar a personalidade, não pelo ensino, mas falando à sua alma, ao seu espírito, a sua inteligência, com compreensão, humildade e respeito" (Maria Montessori).

RESUMO

As instituições rurais tiveram sua trajetória marcada por várias pausas em seu funcionamento, às vezes por questões políticas, hora por não terem professores para promover as aulas. Nesse sentido, o presente estudo tem como principal objetivo analisar as classes multisseriadas das escolas rurais no município de Aparecida do Taboado - MS entre os anos de 1970 a 2000. Para tanto, vinculou-se o trabalho extensionista, ligado ao projeto "Arquivos Escolares no Leste de Mato Grosso do Sul". Com a documentação em mãos foi possível detectar algumas adversidades que existiram nessas escolas rurais, o aprofundamento dessas questões, permitiu enxergarmos vários problemas que permeavam essas instituições escolares. Nosso trabalho se justifica por proporcionar maior compreensão sobre a educação que era oferecida aos alunos do campo, quem eram os professores e como se davam suas condições de trabalho; estruturas físicas e materiais didáticos das escolas. Para maior compreensão do tema, realizamos levantamento bibliográfico por meio de artigos, teses, capítulos de livros e livros que discutem a temática. O estudo levou-nos a refletir e mensurar novas possibilidades para a educação rural.

Palavras-chave: Escolas Rurais Mistas. Classes Multisseriadas. Trajetória. Segunda Classe.

ABSTRACT

The rural institutions had their trajectory marked by several pauses in their operation, sometimes for political reasons and sometimes because they did not have teachers to promote the classes. In this sense, the main objective of this study is to analyze the multiseriated classes of rural schools in the city of Aparecida do Taboado - MS between the years of 1970 and 2000. For this purpose, the extensionist work was linked to the project "School Files in the East of Mato Grosso do Sul ". With the documentation in hand it was possible to detect some adversities that existed in these rural schools, the deepening of these questions allowed us to see several problems that permeated these school institutions. Our work is justified by providing greater understanding about the education that was offered to the students in the field, who the teachers were and how their working conditions were given; physical structures and didactic materials of the schools. For a better understanding of the theme, we carry out a bibliographical survey through articles, theses, chapters of books and books that discuss the theme. The study led us to reflect and measure new possibilities for education rural.

Keywords: Mixed rural schools. Multiseriated classes. Trajectory. Second class.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	8
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	10
2.1 O PROCESSO EDUCACIONAL DO SÉCULO XX: ESCOLARIZAÇÃO URBANA RURAL	10
2.2 A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX.....	17
2.3 A EDUCAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL NO SÉCULO XX	22
3. ANÁLISE DOCUMENTAL DAS ESCOLAS RURAIS MISTAS DE APARECIDA DO TABOADO.....	26
3.1. Estruturas Físicas das Escolas Rurais	28
3.2. Os professores	31
3.3. Avaliações/Exames Finais	34
3.4. Matrículas/Estatísticas Educacionais/Frequências	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	50

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca apresentar uma análise das classes multisseriadas nas escolas rurais no município de Aparecida do Taboado – MS, entre os anos de 1970 a 2000. Para tanto faremos uma revisão bibliográfica e também análise documental das escolas do campo deste município.

Estas instituições rurais tiveram sua trajetória marcada por várias pausas em seu funcionamento, às vezes por questões políticas, hora por não terem professores para promover as aulas. Contudo, foi somente no ano de 1970 que os docentes tiveram que se habilitar cursando o magistério, um curso que era constituído por disciplinas de conteúdo geral e formação especial. A organização curricular em sua maioria contava com leitura, escrita, as quatro operações, noções de história da pátria e de seus respectivos estados e noções de higiene.

O currículo é organizado de um processo educacional formal que engloba conteúdos, métodos, práticas e finalidade de ensino, cuja definição e constituição expressam as aspirações e os objetos da sociedade em relação à escolarização que tem a escola como local específico. (IRALA, 2014, p. 102)

No final do século XX com a Constituição Nacional entrando em vigor em 1988, tornou-se obrigatório que todas crianças frequentassem as escolas nas séries iniciais, cursando o ensino fundamental, assim perante a lei todos sejam iguais tendo acesso e permanência dos alunos na escola, não fazendo distinção entre os que moram na cidade ou no campo (BRASIL, 1988)

Sendo assim, mesmo que nas duas últimas décadas do século passado tenham melhorado a estrutura física e pedagógica das escolas, o currículo utilizado ainda era o mesmo usado tanto para os alunos do campo, como para da cidade. Portanto, a igualdade não ocorreu com a inserção dos mesmos conteúdos nas escolas rurais e urbanas, ainda falta o reconhecimento de políticas públicas voltadas para a educação rural, na qual seus valores, a sua cultura e necessidades materiais do homem do campo sejam priorizados (BÖNMANN, 2015)

A pesquisa se justifica pelas múltiplas questões ainda não compreendidas ligadas as classes multisseriadas, procurando analisar a educação que era disponibilizada aos alunos do campo, quem eram os professores que atuavam nesses estabelecimentos educacionais, a metodologia de trabalho didático utilizada, e como era a educação desses discentes, que com a

ajuda das análises dos documentos, buscar perceber alguns aspectos da vida educacional ao longo de suas vidas escolar, na qual fizeram parte dessa trajetória nas escolas rurais no século XX.

Este estudo pretende se aproximar das condições de escolaridade em que se encontravam essas salas, e as dificuldades existentes em seu funcionamento. Sendo assim, realizamos levantamento bibliográfico por meio de artigos, teses, capítulos de livros e, livros de autores que trabalham com o tema classe multisseriadas, desenvolvemos uma discussão com vistas a dar condições para a análise dos documentos da escola.

Destarte, com o acervo de documentos das extintas escolas rurais da cidade de Aparecida do Taboado – MS em mãos, realizamos a investigação das condições em que se encontravam cada escola.

De acordo com Gil (2002, p. 45), “[...] há de se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Com os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica”.

O recorte temporal (1970 a 2000) se deu devido aos limites alcançados pelos dados documentais referentes ao período em que essas instituições estiveram em funcionamento. Assim sendo, a luz da bibliografia que discute o tema, desenvolvemos a análise documental do material mapeado e digitalizado disposto no arquivo municipal das escolas rurais de Aparecida do Taboado – MS e, tecemos algumas considerações sobre a viabilidade e importância desta modalidade de ensino.

2. REVISÃO DELITERATURA

2.1 - O PROCESSO EDUCACIONAL DO SÉCULO XX: ESCOLARIZAÇÃO URBANO ERURAL

O processo educacional brasileiro do século XX teve seu início no final do século XIX, tendo assim um diferencial em sua periodização, não ficou restrita ao século fechado, ao qual teve o sistema da educação no Brasil iniciado com a chegada dos Jesuítas em 1549, no entanto, Lorenzo Luzuriaga, ressalta que a educação não era apenas para promover o ensino:

A ordem dos jesuítas não foi, entretanto, criada só com fins educacionais; ademais, parece que no começo não figuravam esses entre os propósitos, que eram antes a confissão, pregação e a catequização. Seu recurso principal eram os chamados “exercícios espirituais”, que exerceram enorme influência anímica e religiosa entre os adultos.(LUZURIAGA, 2001, p.18)

Somente com a instauração da República em 1889 a educação passou a ser vista com outros olhares, mas não podemos deixar de mencionar que não foi de imediato que ocorreram mudanças no ensino brasileiro, o poder público continuava a não assistir integralmente as escolas. Xavier (1994, p. 105) afirma que “permaneceu como responsabilidade específica agora dos estados manter e legislar sobre a instrução pública elementar”, conforme explicitado pela Constituição de 1891.

De modo geral, até o Manifesto dos Pioneiros a educação ainda estava basicamente nas mãos de religiosos, dando destaque a reforma de instrução pública paulista entre 1890 e 1896, que não foi consolidada, mas que serviu posteriormente como referência para os outros estados (MACHADO; TERUYA, 2007)

Nesse período, o Brasil sofria mudanças profundas na sua organização social, com a chegada de imigrantes, a quebra do café com a crise de 1929, a industrialização e a urbanização, foram fatores que forçaram o país a buscar a instrução da população (MACHADO; TERUYA, 2007)

Em 1930 cria-se o Ministério da Educação e Saúde Pública passava assim a ser reconhecida a educação como uma questão nacional e cria se diversas medidas relacionadas a educação em âmbito nacional (SAVIANI, 2006)

Em 1931, as reformas do ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934, que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de

um plano nacional de educação; as leis orgânicas do ensino, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo. (SAVIANI, 2006, p.19)

Ainda nesse ano, foi implantado o “Ruralismo Pedagógico”, no primeiro mandato do presidente Getúlio Vargas, no qual esclarece que o termo que foi delineado e constituído para essa corrente de pensamento é que essas escolas lutavam para atender as necessidades de cada região, com o objetivo de manter o homem no campo, criando posteriormente, em 1937 no governo do Estado Novo a Sociedade Rural, que tinha por objetivo o ensino que se preservasse a arte e o folclore rural, mesmo assim, e mesmo com todas essas políticas educacionais, a educação era de baixa qualidade e com quantidades de instituições que não saciavam as necessidades da população do campo (RAMAL,2011).

Um fator que impulsionou a ação e a propagação do pensamento ruralista foram os problemas gerados pela crescente industrialização, que foi responsável pela migração de parte da população que moravam no campo para as cidades, com intuito de buscar melhores condições de trabalho e de vida. Concomitantemente, nessa época acirraram-se os debates sobre as especificidades da escola na zona rural, emergindo, assim, algumas correntes de pensamento em defesa de uma educação diferenciada que fornecesse subsídios para fixar o homem no campo. Para a corrente ruralista, os professores deveriam potencializar o ensino a fim de fornecer possibilidades para que o homem permanecesse no campo, se orgulhasse do seu modo de vida e tivesse uma educação que atendessem às necessidades de cada região. (SÁ; SILVA, 2013, p.64)

A reforma educacional de 1890, tinha o professor e o método como a base de toda a educação, o Decreto de 12 de março de 1890 estabelecia que, uma educação pública eficaz proporciona o progresso do país, sendo que a instrução primária é a de maior preocupação e isso somente poderá ser realizado com professores preparados. Assim deu-se a iniciação da reforma da Escola Normal e a implantação da Escola Modelo, onde reorganiza a educação pública em seu todo (SÁ; SILVA, 2013).

Nesse Decreto de 1890, nota-se que a escola primária foi o centro das atenções, passa a reunir algumas escolas primárias, formando agora os grupos escolares, assim as classes divididas, que corresponderia as séries anuais, deixa de ser salas multisseriadas (SÁ; SILVA, 2013).

Esses grupos eram também chamados de escolas graduadas, devido ao grau ou série em que se encontravam cada um dos alunos que passavam o ano letivo gradativamente, conformesuaaprendizagemcomduraçãodequatroanosequenesseperíodoosprincípios

pedagógicos remetia ao método intuitivo, em que Caetano de Campos era adepto (RAMAL, 2011).

Enquanto construía-se edifícios próprios para a instalação das escolas normais e prédios próprios para os grupos escolares, no mesmo período entre os anos 1910 a 1920, o ensino primário das escolas rurais nem se quer possuía uma proposta pedagógica, as também conhecida como escolas isoladas, tinham a tendência ao desaparecimento, o descaso do poder público com suas instituições, o ensino de má qualidade, oferecido a população pobre do campo, tinha apenas o propósito de manter o homem no campo (SANTOS, 2013).

O meio rural é então representado como um espaço caracterizado por uma realidade geográfica e uma formação histórico-cultural singulares aos sujeitos que o compõem, ou seja, camponeses, agricultores e extrativistas (assentados, sem-terra, ribeirinhos), trabalhadores do campo (assalariados, meeiros, etc.), pescadores, quilombolas, indígenas e povos da floresta. Assim, o desprezo pela vida rural e suas peculiaridades, verificado nas leis e políticas educacionais, é análogo à exclusão histórica vivida pelos povos do campo no Brasil. (PERES, 2010, p.641)

Os grupos escolares eram voltados para a elite e somente em 1920 na reforma paulista de Sampaio Dória é que procurou-se resolver a diminuição ao número de analfabetos entre a população de baixa renda, desta forma cria -se uma fórmula para resolver o problema do analfabetismo que duraria dois anos apenas o ensino gratuito e obrigatório, mas que não chegou a entrar em uso, por receber diversas críticas (CAVALIERI, 2003).

Assim como no ensino urbano, o mesmo acontecia no ensino primário rural, que não possuía uma proposta pedagógica definida, somente passou a ser preocupação para o poder público por consequência do êxodo rural que ocorria nesse período, percebendo que a educação era a única forma de “colocar o Brasil nos trilhos” reduzindo assim o analfabetismo (CAVALIERI, 2003).

A reforma educacional nunca saiu do papel e somente as discussões foram retomadas com o término da Revolução de 1930, que somente após esse período é que o ensino público entre 1931 a 1961 teve uma continuidade em relação a educação ocorrida no Império mantendo as escolas primárias como era antes a implantação da República, no entanto, o ensino popular continuou em poder dos estados federativos, diferenciando agora pelo motivo que o ensino passa a ser “laico”, sendo que a primeira Constituição Republicana aboliu o ensino religioso das salas de aula, no entanto, o Ministério da Educação e Saúde Pública criado no ano 1930, restabeleceu a disciplina de ensino religioso nas escolas públicas (PALMA FILHO,2005).

É essa a conclusão que podemos tirar ao constatar que, vitorioso o movimento revolucionário, foi criado, ainda em 1930, o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo que uma das primeiras medidas tomadas pelo titular da nova pasta foi o restabelecimento do ensino religioso nas escolas públicas. (SAVIANI, 2010, p. 31)

O Ministério da Educação e Saúde Pública em abril de 1931, baixou um conjunto de seis decretos, conhecidos também como Reforma Francisco Campos, ao qual o ensino primário não foi reconhecido por lei e que até esse momento o ensino primário ainda estava delegado a segundo planos, mas deu um grande passo para regulamentar a educação no Brasil e que até esse momento:

Os referidos decretos foram os seguintes:

- a) Decreto n.19.850, de 11 de abril de 1931 cria o Conselho Nacional de Educação;
- b) Decreto n.19.851, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o regime universitário;
- c) Decreto n.19.852, de 11 de abril de 1931: dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
- d) Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931: dispõe sobre a organização do ensino secundário;
- e) Decreto n. 20.158, de 30 de junho de 1931: organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências;
- f) Decreto n.21.241, de 14 de abril de 1932: consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário. (SAVIANI, 2006,p.32)

Em 1932 lança o Manifesto Pioneiros Educação Nova elaborado por 26 intelectuais, ao qual visava reconstruir a sociedade pela educação, esboçando as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo de forma sincronizada os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil a universidade, defendendo a escola pública e a Escola Nova, em coerência lógica de organização educacional, segundo Dermeval Saviani:

Como documento de política educacional, o Manifesto expressa a posição de uma corrente de educadores que busca firmar-se pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade, capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção da educação pública, tanto no âmbito do governo central como as dos estados federados (SAVIANI, 2006, p. 34).

O Manifesto dos Pioneiros foi um instrumento político, que se ocasionou na IV Conferência Nacional de Educação em 1931 com a solicitação de uma definição do novo governo, provocando a ruptura entre o grupo renovador e o grupo católico, em que esses mesmos grupos fundou em 1033 a sua associação materializada na I Conferência Católica Brasileira de Educação (SAVIANI, 2006).

Em 1934, o então ministro Gustavo Capamena continuou o processo educacional, primeiramente no ensino superior e em 1942 nos demais níveis por meio das “leis orgânicas” do ensino, mesmo assim com todo esse processo ocorrido até esse momento na educação brasileira, ainda estava fazendo falta um plano de conjunto que permitisse uma ordenação unificada da educação nacional em seu todo, tal como preconizava o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (SAVIANI, 2006).

No mesmo ano da aprovação das “leis orgânicas”, com o Decreto-Lei 4.958, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), estabelece que o nível do ensino fosse melhorado destinando a expansão e a manutenção do Ensino Primário de forma a controlar o crescimento com a ajuda da instrução, com uma pedagogia direcionada a população rural (BRASIL, 1942).

A uniformidade em controlar o crescimento social através da educação, mas uma pedagogia com características diferentes da pedagogia urbana, pois acreditava que essa pedagogia urbana, causaria problemas a população rural (IRALA, 2014, p. 36).

Na década de 1950 o número de escolas urbana só fazia crescer e as pessoas que moravam no campo foram para a cidade atrás de emprego, devido ao aquecimento do processo de industrialização que ocorreu nesse período, sendo assim o que pretendia, era que esse problema deveria ter sanado o problema do analfabetismo com esse aumento, as pessoas acabaram voltando para o campo, devido à falta de emprego e infraestrutura nas cidades.

Ainda que as mudanças na educação da população rural brasileira não tenham promovido tantos resultados positivos até a década de 1960, no Brasil, não se pode deixar de mencionar que as migrações internas rurais para as cidades, ocasionadas pelas mudanças econômicas resultantes da implantação de um sistema social e industrial, contribuíram para o despertar dos governantes em relação a como atender a população rural. (IRALA, 2014, p.39)

Com isso as pessoas voltaram as suas origens, no entanto, com todos os programas, incentivos, leis, entre outros recursos que havia sido disponibilizado, o que se observava eram professores leigos que assumiam as aulas, nas classes destinadas ao ensino fundamental, continuando até os anos 1970 a escolarização rural nas mesmas condições das décadas anteriores, sem soluções efetivas ao analfabetismo rural (SAVIANI, 2006).

Essas instituições rurais no aspecto geral, em sua maioria serviam de moradia aos docentes que trabalhavam nas escolas, e eram, predominantemente formados pelo sexo feminino, com regimento que funcionava por meio do ensino misto e multisseriado, que aglomerava ambos os sexos, com trajetória marcada por várias interrupções em seu funcionamento às vezes por questões políticas, outra hora por não haver nenhum docente para ministrar as aulas. Essas escolas segundo artigo escrito por Cardoso e Jacomeli:

As escolas multisseriadas são historicamente, consideradas como de segunda categoria e, o que é pior, sem alternância de melhoria; por isso, os educadores e os gestores optaram por esquecê-las esperando que desapareçam como consequência natural do processo de desenvolvimento das sociedades. Porém, o desenvolvimento natural não existe na história, trata-se, sempre de funções sociais que cumprem ou deixam de cumprir para desaparecerem ou para recriarem.(JACOMELI&CARDOSO, 2010, p.275)

Em 20 de dezembro de 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes da Educação Nacional – LDB, nº 4.024/61, onde se pode também notar a preocupação da educação primária rural, como o ensino primário no artigo 32, da formação dos professores no artigo 57:

Art. 32. Os proprietários rurais que não puderem manter escolas primárias para as crianças residentes em suas glebas deverão facilitar-lhes a freqüência às escolas mais próximas, ou propiciar a instalação e funcionamento de escolas públicas em suas propriedades.

Art. 57. A formação de 15 professores, orientadores e supervisores para as escolas rurais primárias poderá ser feita em estabelecimentos que lhes prescrevem a integração no meio. (BRASIL, 1961)

A comissão que elaborou o projeto da LDB era composta pelos representantes do grupo católico e da pedagogia nova, que influenciou as escolas católicas quanto a suas idéias e métodos pedagógicos nesse período (SANTOS; PRESTES,2006).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, entre 1945 a 1967, o Brasil passou a adotar algumas diretrizes da política educacional americana, os dois países fizeram um convênio chamado MEC-Usaid, no qual os Estados Unidos da América passa a ajudar financeiramente e ainda fornecia auxílio técnico para o homem do campo, mesmo assim essa ajuda não reverteu em nada a situação da educação no Brasil (SANTOS; PRESTES,2006).

Entretanto, entre 1961 a 1996, durante o do regime militar iniciado em 1964, houve uma nova reestruturação educacional, onde Ipes (Instituto de Pesquisa de Estudos Sociais) organizou um simpósio sobre a “reforma da educação” e também em colaboração com a Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro,um fórum com a denominação “A educação que nos convém”, nesse mesmo período o Ministério da Educação estabelecia mecanismos de cooperação com a agência dos Estados Unidos da América para o Desenvolvimento Internacional para reformular aspectos específicos do ensino brasileiro (SAVIANI, 2010, p.41).

Nesse mesmo período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educacional entre 1968 a 1971 n. 5.692/71 sofreu alterações, o ensino primário e o ensino médio foram modificados, seus nomes foram alterados para ensino primário e secundário e ensino superior. Porém, não foi modificada a sua essência e não atingira suas metas na educação rural, pois as diretrizes estavam fora da realidade sociocultural rural, o artigo 11 da LDB de 1971 tenta amenizar e desistência dos alunos e o analfabetismo. (CARDOSO; JACOMELI, 2010)

Art. 11. O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão, no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

§ 2º Na zona rural, o estabelecimento poderá organizar os períodos letivos, com prescrição de férias nas épocas do plantio e colheita de safras, conforme plano aprovado pela competente autoridade de ensino.

Art. 49 – As empresas e os proprietários rurais, que não puderem manter em suas glebas ensino para os seus empregados e os filhos destes, são obrigados, sem prejuízo do disposto no artigo 47, a facilitar-lhes a frequência à escola mais próxima ou a propiciar a instalação e o funcionamento de escolas gratuitas em suas propriedades. (BRASIL, 1971)

A reforma universitária, não ocorreu como se esperava nesse momento de processo da educação, sendo vetada a autonomia que tanto se fazia necessário, ao qual o governo não havia interesse que as universidades (SAVIANI, 2006).

Outro fator é a reforma do ensino primário e médio, que reestruturou o ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral (SAVIANI, 2006).

Em lugar de um curso primário com duração de quatro anos seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro anos e um curso colegial de três anos, se definiu por um ensino de primeiro grau com duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral. (SAVIANI, 2006, p. 214)

Com o fim da ditadura e a implantação da Nova República, elabora-se uma nova Carta Magna em 1988, vigente até os dias atuais em nosso país, ficando obrigado que toda criança frequente a escola nas séries iniciais, cursando o ensino fundamental, fazendo que perante a lei todos sejam iguais tendo acesso e permanência dos alunos na escola, mesmo que estas morenna cidade ou morenno campo, estabelecendo-se suas competências e responsabilidades educacionais, nos âmbitos: municipal, estadual e federal. No qual sofreu influências da década de 1970 pelos educadores que se preocupavam com o social e a política educacional, em busca de um ensino de qualidade e com o econômico, reivindicando melhores condições salariais e estruturas adequadas tanto pedagógicas como físicas (IRALA, 2014).

Assim, segundo a Constituição Federal de 1988 no artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Com a Constituição Federal de 1988 em vigor, é reformulada a nova Lei de Diretrizes da Educação Brasileira nº. 9.394/96, sofrendo várias alterações, uma delas direcionadas as novas regras da educação no campo, no Capítulo II “Da Educação Básica” Seção I “Das Disposições Gerais”, estabelece que:

Art. 28 – Na oferta da Educação Básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996)

O que se viu era um novo país tentando nascer com muitos objetivos, mas que mesmo com tanto empenho não saiu do papel, priorizando apenas a classe alta em todo o longo século XX, ficando atrasado em relação as outras nações em seu desenvolvimento econômico, cultural, social e principalmente educacional, que no primeiro instante se fez por meio dos religiosos, e mesmo no decorrer do tempo passando a cargo dos municípios e estados, e o apoio do governo federal (IRALA, 2014).

2.2 A EDUCAÇÃO RURAL BRASILEIRA NO SÉCULO XX

Deter-se-á neste capítulo, especificamente, as escolas rurais no século XX. Para isso, analisar-se-á a educação rural em âmbito nacional e na sequência nos delimitamos à uma análise mais específica sobre a educação rural no estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (após a divisão do estado de Mato Grosso no ano de 1977).

As escolas rurais brasileiras conhecidas também como escolas isoladas tiveram em sua trajetória vários obstáculos, sendo o maior deles o pouco investimento público destinados a elas: “ As escolas isoladas, assim como os grupos escolares, atendiam à demanda do ensino primário, contudo, as primeiras vivenciaram inúmeras privações e dificuldades” (SILVA, 2014, p. 20), privadas de coisas básicas, que variavam desde estruturas físicas, salas de aulas, carteiras e cadeiras adequadas, etc, passando por professores com baixa qualificação profissional ou mesmo nenhuma formação específica, até mesmo a carência de materiais didáticos. Assim muitas vezes o que se observava em relação as escolas rurais eram que suas estruturas de ensinos continuavam inferiores as demais.

O ensino primário rural, somente passou a ser preocupação de fato nas décadas 1910 e 1920, devido ao êxodo rural que se ocasionou nessa época, com o surgimento e o crescimento da indústria na zona urbana, pode-se perceber essas questões da educação nas falas de Irala:

Foi nesse contexto que a educação escolar passou a ser pensada pelos governantes como um instrumento para enfrentar essa realidade social. Diante do exposto, torna-se claro que a educação escolar tinha que ser pensada pelos governantes como um instrumento para enfrentar essa realidade social, com o objetivo de formar o caráter nacional, reduzir o analfabetismo e com a presença da cultura brasileira nos currículos escolares. Apesar disso, as poucas escolas rurais existentes continuavam sofrendo com o descaso do poder público, pois sobreviviam em condições estruturais mínimas, tanto no que diz respeito à estrutura física quanto à estrutura pedagógica, funcionando, inclusive, com professores sem habilitação para o exercício da docência (IRALA, 2014, p.31-32).

Esse cenário começa sofrer transformações em relação à educação rural com a revolução da década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, foi implantado os ideais do “Ruralismo Pedagógico”¹. Nesse sentido, Silva (2014, p.54) descreve que: “[...] teve início a discussão de um currículo diferenciado para essa modalidade educacional”, ao qual as escolas rurais lutavam para atender as necessidades da educação da sociedade local.

Com isso a escola para a classe trabalhadora tinha o papel de realizar somente a prática, assim: “É nessa perspectiva que se pode afirmar que a escola pública cultivou, desde os seus primórdios, o conceito de trabalho como princípio educativo” (ALVES, 2001, p.165), onde essa instituição funcionava como um elemento incluído na realidade econômico do país, fazendo com que a escola tivesse papel central de reproduzir o entre os alunos as desigualdades geradas pelas nossas expectativas sociais, institui-se assimnas:

Posturas políticas de forças sociais, registra a incômoda inexistência de adversários que se coloquem em luta contra a escola manufatureira, o que se retarda o parto histórico da instituição social que o novo tempo exige, diferenciando as necessidades educacionais, com o apoio da elite, se para as escolas urbanas públicas os governantes tinham esse pensamento, imagina o restava para o homem rural (ALVES, 2001, p.241).

Essas escolas estavam fadadas a excluir os alunos, pois acatavam regras, suas práticas habituais, etc, utilizava “produtos” como materiais didáticos que lhes eram oferecidos de má qualidade.

Em 1937, no período do Estado Novo, cria a Sociedade Rural, que designava para a educação no campo, “[...] o papel da educação como canal de difusão ideológica. Era preciso alfabetizar, mas sem descuidar dos princípios de disciplina e civismo” (LEITE, 2002, p.30),

¹ O termo ruralismo pedagógico foi cunhado para definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia. Ou seja, um grupo intelectuais, pedagogos ou livres-pensadores defendiam que deveria haver uma pedagogia que ajudasse a fixar o homem no campo, ou que pelo menos, dificultasse, quando não impedisse, sua saída desse habitat, considerado natural para as populações que habitaram ao longo de muito tempo (BEZERRA NETO, 2003, p.3).

com o objetivo de contemplar a arte e o folclore cultural local rural, alfabetizar a população rural e assim diminuir o alto número de analfabetos, assim mantinha – se os princípios da disciplina e o amor à pátria. Entretanto, essas políticas educacionais, não foram suficientes para acabar com o analfabetismo rural, como não ocorreu, ao menos amenizou as necessidades da população rural com uma baixa qualidade do ensino.

Somente em 1941, ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Educação, que por meio dos estudos realizados pelo INEP, pode-se perceber as precárias condições do ensino primário no Brasil, fazendo muito pouco pela educação rural no país e delegando deveres do governo federal para o governo estado. Com vistas ao oferecimento de melhores condições à educação brasileira, em 1941, o governo convocou a 1ª Conferência Nacional de Educação, iniciativa que ocorreu em função dos dados divulgados por estudos do INEP, que demonstravam as precárias condições nas quais se desenvolvia o ensino primário no Brasil. Nessa Conferência decidiu-se que o governo central deveria intervir no ensino primário por meio do apoio financeiro nos estados (IRALA, 2014, p.34).

Assim na década de 1940, foi elaborado o Decreto-Lei 4.958, de 14 de novembro de 1942, o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), estabelecendo que o nível do ensino fosse melhorado no Brasil. Assim como outros convênios e leis, que foram assinados pelo governo Federal com o propósito de auxiliar a educação infantil. Outro fato marcante, foi o VIII Congresso Brasileiro em 1942, que discutia a escolarização rural, devido ao alto número de analfabetos residentes no campo (IRALA, 2014).

A partir da realização desse Congresso, os educadores defendiam uma proposta pedagógica que apresentasse características apropriadas ao meio rural. Essa proposta baseava-se na oposição existente entre a cidade e o meio rural, pois a maioria dos educadores acreditava que a cidade exercia uma influência danosa à população rural (IRALA, 2014, p. 36).

Como apontado no capítulo anterior entre 1945 a 1967, com o final da Segunda Guerra Mundial (1939- 1945), Brasil e Estados Unidos da América, firmaram um convênio chamado MEC – Usaid, no qual o governo norte americano ajudaria financeiramente e forneceria auxílio técnico para o desenvolvimento da educação no país (SAVIANI,2006)

À assinatura dos acordos MEC – Usaid, mediante os quais o Ministério da Educação do Brasil estabelecia mecanismos de cooperação com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional para reformular aspectos específicos do ensino brasileiro (SAVIANI, 2006, p. 214).

Percebe – se que tais medidas para a educação brasileira, firmado entre Brasil e Estados Unidos, não resolveu os problemas da educação no campo (IRALA, 2014).

Diante de tais circunstâncias, observa-se que as mudanças ocorridas no processo de

escolarização brasileira, provenientes desses programas extensionistas estabelecidos em parcerias entre o Brasil e os Estados Unidos não trouxeram resultados tão significativos para a educação da população rural, pois, a maioria dessas experiências tinha uma concepção limitada da realidade do meio rural, baseando suas propostas nas necessidades e dificuldades imediatas requeridas por aquele meio, o que era perceptível nas escolas rurais, sobretudo, nos, estados do nordeste (IRALA, 2014, pág. 39).

Notamos que nesse mesmo período foi criado, no início do anos de 1950 a Campanha Nacional de Educação Rural, dando origem as chamadas missões rurais, que visava dar suporte as pessoas do campo, através de ações políticas de estrutura e funcionamento da campanha nacional de educação rural – CNER, que faziam um diagnóstico dessas comunidades rurais e depois implantavam técnicas tentando sanar ou melhorar os problemas do homem do campo, não obtendo bons resultados conforme sugere que nesse período “os debates ficaram mais restritos na esfera da educação, determinando que ela fosse responsável pelo processo de expansão e desenvolvimento econômico do país” (LEITE, 2002, p.36).

A realidade sociocultural rural do Brasil esteve ligada a questão econômica, uma vez que faz com que os alunos do campo, acabem evadindo das escolas rurais no início da atividades escolares desde cedo (SANTOS, 2013).

O contexto socioeconômico – histórico que envolve as questões da educação rural está diretamente relacionado com a estrutura fundiária brasileira, caracterizada por uma grande concentração da propriedade da terra na mão de poucos, crescente expropriação dos pequenos agricultores e aumento do assalariamento rural. Essa concentração fundiária, a grilagem, a violência no campo, a miséria e a fome, com a consequente degradação das condições de vida dos trabalhadores rurais, são fatores que vêm acompanhados de um crescente êxodo rural (BOF, 2006, p.72).

Isso ocorria mesmo que a área rural estivesse ligada ao processo de desenvolvimento econômico, devido a sua terra fértil e mão de obra barata, e politicamente como meio de prender esse homem em seu meio, deixando a elite a continuar ocupando o lugar de domínio (BOF, 2006).

Sem expressão de interesse pelos governantes:

A escola rural delineou sua trajetória através do desinteresse governamental em estipular uma política educacional própria, levando –a a uma imitação do processo urbano, sem perceber que, ao proceder dessa maneira concorria para uma descaracterização do próprio processo e, conjuntamente, da sociedade campestre (LEITE,1996,p.298).

Com a implantação do convênio entre Brasil e Estados Unidos da América, no qual firmaram um acordo, pretendia – se mudanças no campo, com um olhar voltado ao progresso

no meio rural: “Com a implantação da Extensão Rural (mecanismo criado por convênio entre os governos Brasil/USA) pretendeu-se a modernização e imediato aumento de produção/produtividade no meio rural” (LEITE, 1996, p. 298). No entanto, nota-se que durante essa trajetória as pequenas propriedades já não mais conseguiam sobreviver do campo.

Com isso o homem do campo foi perdendo suas raízes, se vendo em uma situação de exploração que em vários casos, acabaram por se mudar, assim abandonaram o campo e se arriscaram nas cidades em busca de condições de vida melhores (LEITE, 1996).

O que se podia perceber nesse período, eram professores criticando a pedagogia utilizada na educação rural, pois os currículos que eram utilizados, não observavam a objetividade desses alunos, na qual, esses profissionais criaram uma pedagogia própria valorizando a realidade do campo.

2.3 EDUCAÇÃO RURAL NO ESTADO DE MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL NO SÉCULO XX.

O ensino primário em Mato Grosso teve transformações consideráveis a partir do ano de 1910, ao qual os políticos deram ênfase nas mudanças políticas educacionais e sociais, pois anteriormente a esse período, as poucas escolas que existiam, sofriam com poucos recursos, funcionavam em péssimas condições e com professores com pouca ou nenhuma formação acadêmica, IRALA comenta:

No ano de 1910, várias mudanças ocorreram na instrução primária de Mato Grosso, bem como na parte Sul do estado. A situação financeira foi melhorando. O meio político foi dando espaço às discussões sobre a educação, ainda no governo de Pedro Celestino Correa da Costa.

Em 04 de julho de 1910, por meio da Lei nº 533, Pedro Celestino Corrêa da Costa, então governador do estado, autorizava o Poder Executivo a reorganizar a instrução pública, por meio de um regulamento aprovado que continha seis títulos: 32 capítulos e 215 artigos (IRALA, 2014, p. 41).

Entretanto, o Decreto nº 265 de 22 de outubro de 1910, foi o que proporcionou novas regras a educação primária, ao qual ficava estabelecida, um educação para todos, bancado pelo estado, com professores com pouco ou nenhum saber, onde não se fazia separação de classe social, obrigatório e não importando de onde procedia aquele aluno, objetivava alcançar apenas as crianças moradoras da zona urbana, com quantidades específicas de alunos porescolas.

Art. 1º – O ensino primário no Estado de Mato – Grosso será leigo e administrado à custa dos cofres estatuais, a todos os indivíduos, de ambos os sexos, sem distinção de classes nem de origem.

Art. 2º – Haverá para esse fim escolas primárias em todas as cidades, vilas, freguesias e povoados do Estado; entendendo-se por povoados qualquer grupo de habitantes que não residem em terras de propriedade particular e onde se apure pelo menos vinte meninos nas condições de frequentar a escola.

Art. 5º – A instrução primária é obrigatória para todas as crianças de sete a dez anos de idade. Para isentarem os filhos e tutelados da frequência da escola deverão os pais e tutores provar.

Art. 9º – A obrigação da escola primária restringe-se aos meninos residentes dentro do círculo traçado pelo raio de um quilometro médio da sede da escola.

Art. 10º – As escolas se dividirão em escolas do sexo masculino, regidas de preferência por professores e escolas do sexo feminino, regidas por professoras; podendo também haver nas pequenas freguesias e povoações, escolas mistas regidas, de preferência, por professoras.

Art. 16º – Nenhuma escola primária poderá ter mais de setenta alunos matriculados (COSTA, 1910).

Somente em seu segundo mandato sua preocupação com a educação alcançou âmbito geral, pois os governantes da época tinham em mente que, somente poderia alcançar o progresso moral e social através da instrução, até mesmo a organização do currículo das escolas, pesando em apenas preparar a população para o mercado de trabalho (COSTA, 1910).

No entanto, em 1927 a Reforma da Instrução Pública dedicou a seção I as escolas rurais isoladas, onde essas instituições também tinham que seguir regras observando sua localização e classificação, que seu estabelecimento comportasse uma escola e que o corpo docente morasse perto das escolas (SILVA; SÁ, 19--?)

A Seção I do Regulamento foi dedicada exclusivamente as escolas isoladas rurais, foco de análise desse trabalho, nela Costa (1927, p.1) dispõe que as unidades escolares rurais devem ter como finalidade “ministrar a instrução primária rudimentar; seu curso é de dois anos e o programa constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de História Pátria, geografia do Brasil e especialmente de Mato Grosso e noções de Higiene”. (SILVA; SÁ, 19--? P. 3 e 4)

O que se observa é uma discrepância entre as escolas urbanas e rurais, onde maiores condições eram oferecidas aos alunos da cidade, observa-se que:

Com relação aos materiais didáticos, havia diferença na escolha dos livros que seriam utilizados nas escolas urbanas e nas isoladas. Nas primeiras, os livros teriam prévia aprovação por uma comissão composta pelo Diretor Geral do Ensino, Inspetor Gerais e pelo Inspetor Médico. Já para as escolas isoladas, sua distribuição e escolha eram feitas pelo respectivo professor.

No que se refere ao pessoal administrativo lotado nas instituições escolares, para as escolas reunidas seria destinado apenas um empregado, que desempenharia as funções de porteiro – servente. [...]. As escolas e/ou rurais, sequer foram citadas neste item, o que parece indicar que não teriam funcionários para auxiliar o professor no cotidiano escolar.

Nas escolas isoladas, as matrículas seriam registradas pelos professores responsáveis escolar, sendo que nos grupos escolares e escolas reunidas efetivada pelos “diretores mediante simples solicitação verbal dos pais ou responsáveis” (REGULAMENTO, Art. 125, 1927). O professor ou professora que se aventurasse a ministrar aulas nas escolas rurais teria que exercer, além da função docente, também atribuições administrativas.

[...]. As disciplinas básicas eram: leitura, escrita, as quatro operações, noções de história pátria, geografia do Brasil e de Mato Grosso e noções de higiene.

[...]. Enquanto nas escolas urbanas o curso primário tinha a duração de 3 anos, podendo ser acrescidas outras disciplinas, além das determinadas no Regulamento, na escola rural a duração seria de 2 anos, sendo o conteúdo restrito às noções básicas de cada disciplina, visto redução expressiva da carga horária. (SILVA, 2014, p.49/50)

Depois de dois anos do decreto sancionado, o estado de Mato Grosso não tinha estrutura economicamente suficiente para colocar em prática o que foi proposto, necessitava do auxílio Federal e Municipal para prosseguir com a implantação do ensino primário no estado (SILVA, 2014).

Em 1930, na presidência do Estado, Annibal de Toledo declarou que as escolas rurais não tinham aproveitamento educacional, um dos motivos seria a falta de recursos, eram apenas destinados para as escolas urbanas (SILVA, 2014).

Mas o que pode ser visto é uma contradição, mesmo com todos os problemas, as escolas rurais em todo estado de Mato Grosso se multiplicaram, ainda mais no início dos anos de 1940, esse aumento no número de escolas rurais se deu em virtude de debates educacionais nacional em consequência das políticas públicas do governo central, que foi impulsionado pelo Ruralismo Pedagógico que ocorriam nesse mesmo período (SILVA, 2014).

No ano de 1942, o 8º Congresso Brasileiro de educação ocorrido na cidade de Goiânia, tinha como assunto a ser tratado o ensino primário rural, assim Cavalcante menciona:

A educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927. (CAVALCANTE, 2016, p. 30)

No entanto, nos anos posteriores a 1950 o número de escolas permanecia a crescer. Segundo Irala:

Em linhas gerais, pode-se dizer que esse crescimento das escolas rurais em Mato Grosso, nos anos de 1950, tinha relação com as propostas da Campanha Nacional de Educação Rural e de outras iniciativas surgidas nos anos de 1950, no Brasil, por meio de um convênio financeiro entre o Ministério da Agricultura Fundação Interamericana de Educação, que permitiu a instalação das Missões Rurais que receberiam recursos financeiros para atender a população rural (IRALA, 2014, p. 50).

O problema que se fazia em destaque era a falta de professores com formação nesse período, pois ofereciam principalmente as escolas rurais professores semianalfabetos, assim: “Mesmo que esforços fossem feitos por parte do estado para a melhoria da educação rural, ela ainda era marcada pela falta de professores habilitados para ministrar as aulas” (IRALA, 2014, p.49).

No entanto, com esse problema o crescimento dessas instituições também se fazia pela criação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, com o objetivo de arrecadar dinheiro e técnicos, contudo esperava-se reverter uma melhor educação rural, pois objetivava-se o progresso do país.

É possível dizer, também, que esse crescimento estaria associado à criação da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, em 1956, que tinha o objetivo de captar recursos financeiros e técnicos em prol da política da educação rural. Afinal, o desenvolvimento da educação era visto como um meio para o progresso (IRALA, 2014, p.50).

Em 1960 as escolas continuaram a ser expandidas por todo estado e por esse motivo o governo federal e o estado de Mato Grosso resolveram criar:

O centro de Treinamento do Magistério em Cuiabá. Nesse Centro de Treinamento eram oferecidos cursos de especialização em supervisão escolar para professoras normalistas e cursos de aperfeiçoamento para professoras qualificadas sem preparo suficiente para ensinar (IRALA, 2014, p.50).

Foi nesse cenário que as escolas rurais se encontravam, sem professores preparados, pois mesmo com todo incentivo, ainda era insuficiente o número de professores com formação e os que menos tinham capacitação eram os que assumiam o primeiro ano das escolas rurais, com isso os anos de 1970 continuaram o espelho das décadas anteriores (RAMAL, 2011).

Com o desenvolvimento pleno do capitalismo no país, o que pensava-se era que haveria uma extinção da população rural, que se daria ao fato que a maioria da população estaria nos centros urbanos e os que permanecessem no campo saberiam ler e escrever, o suficiente para acabar com o problema da educação no campo (RAMAL, 2011).

Com a constituição de 1988 determinando a obrigatoriedade do ensino fundamental para todas as crianças, garantindo, inclusive o transporte aos alunos, fazendo com que todos tenham direitos iguais de acesso e permanência nas escolas, mesmo que estes alunos morem no campo.

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:
 I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; e
 VII – atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988).

Outro ponto relevante enfatiza que o ensino seja direcionado aos interesses da população rural, em busca de um planejamento que atinja essa clientela e com um currículo

abrangendo não somente o espaço escolar, mas que vai além, apropriando saberes, produzindo assim um ensino conforme a realidade existente, ao qual é de suma importância que a construção dessa nova escola seja implantada, pois a desigualdade ainda é uma questão marcante nesse contexto, um dos problemas a ser enfrentado é o desinteresse do governo e as poucas políticas públicas que são destinadas a esse público, e que essas leis destinadas a educação rural não saem do papel (BÖNMANN, 2015).

Essas problemáticas podem ser amenizadas, sendo assim é indispensável que sejam realizadas pesquisas nessa área da educação, proporcionando um maior entendimento sobre o assunto, que precisam ser incentivadas e pensadas em como poderia promover uma revolução didático pedagógica na educação do campo, para que ela seja uma educação no campo e para o campo a crise na organização rural, que hoje se vê em todo território brasileiro, ultrapassando o século XX (BÖNMANN, 2015).

3. ANALISE DOCUMENTAL DAS ESCOLAS RURAIS MISTAS DE APARECIDA DO TABOADO – MS

Tendo em vista as problemáticas que envolvem o debate sobre a educação da população rural, utilizamos como fonte e tomamos como base a cidade de Aparecida do Taboado, que se encontra no estado de Mato Grosso do Sul.

Onde desenvolve-se um trabalho de ação extensionista e de bolsa de extensão (PIBEX/UEMS/FUNDECT) realizado no período de 2014 à 2015 e vinculado ao projeto de extensão “Arquivos escolares no Leste de Mato Grosso do Sul¹, junto ao acervo da Secretaria Municipal de Educação, mapeados e digitalizados aproximadamente 13.500 mil documentos das escolas primárias rurais desativadas da rede no ano 2000, aproximadamente trinta e duas(32) instituições espalhadas por toda área que corresponde aos limites do município.

Tais documentos variam de matrículas escolares, contratos de prestação de serviço de professores, fichas de frequência dos alunos, boletim de nota, fichas técnicas (apresentam as estruturas físicas das instituições, à provas de exames finais, etc.). O período da base documental compreende da década de 1970 até o ano 2000.

Os arquivos se encontram no acervo da Secretária Municipal de Educação no prédio que antes funcionava o fórum da cidade, este está em péssimas condições estruturais, a fiação elétrica está exposta, o telhado está em péssimas condições, etc. A constatação é preocupante, pois a história da educação do município está correndo risco, uma vez que se pode perder toda essa documentação.

Arquivados separadamente por escolas os documentos foram armazenados em caixas (Caixa de arquivo morto de papelão). São documentações de uma ou de mais escolas encontradas nessas caixas, pois não existe documentos suficientes para completar a caixa, onde são identificadas pelo lado de fora e classificadas por uma etiqueta com nome ou nomes das instituições, que se encontram em um armário de aço, em uma sala contendo vários outros documentos. Alguns desses materiais já se encontram em decomposição.

Esta documentação foi arquivada por uma secretária, que trabalha junto Secretaria de Educação Municipal, chamada Marly Queiroz Salles, funcionária pública acerca de 30 anos e responsável por esses arquivos.

O interesse em analisar essa documentação sobre as escolas rurais do município em questão será uma forma de constatar as dificuldades encontradas, de forma mais sólida que essas instituições, professores e alunos enfrentavam nas últimas décadas do século XX.

No dia 28/09/1948, através da Lei Estadual nº130 Aparecida do Taboado, deixa de ser distrito de Paranaíba, consegue sua emancipação municipal, tendo como preocupação o desenvolvimento do município, assim levar a educação ao homem do campo, foi entendida como uma necessidade para o progresso e desenvolvimento.

Muitas escolas isoladas foram abertas, documentos datilografados e que traz a marca d'água do município, mostram que na década de 1970, 31 escolas rurais mistas foram criadas no município de Aparecida do Taboado, pelo então atual prefeito Sebastião Maria de Freitas, neste mesmo documento consta a criação do cargo de Supervisor Escolar e a nomeação quando se fizer necessária, de professores no período de 10 meses, que terá como base salarial a vigente do município e que essas despesas foram custeadas pelo orçamento municipal estabelecido em lei.

A Lei nº 83/70 entrou em vigor na data de sua publicação e está registrado no livro de Leis do município, que foi assinado pelo prefeito em exercício e pelo secretário Wagner Bernardes na cidade de Aparecida do Taboado no dia 13 de abril de 1970. Anexado a esse documento existe uma relação, contendo o nome das escolas rurais mistas e a quantidade de alunos respectivamente, mas há uma discrepância pois no documento oficial são citadas trinta e uma escolas rurais mistas e nesta listagem há trinta e quatro escolas rurais mistas no total de 1.053 alunos matriculados.

Essas ficaram as margens das escolas urbanas e mesmo que em quantidades os números de escolas rurais fossem altos, essas não supriam as necessidades escolares desses alunos. O que percebemos é que mesmo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, garantindo a educação como direito de todos, essas escolas não avançavam em relação a qualidade, ocasionavam a desistências de um número grande de alunos, a interrupção das atividades escolares, a distância, a falta de um calendário, um currículo voltado a esse público, a falta de merenda dificultava a permanência e afastava esses alunos.

3.1. Estruturas Físicas das Escolas Rurais

Em relação às estruturas físicas realizamos a análise da documentação de três escolas rurais: Escola Rural Mista Ajax Furquim Leite, Escola Municipal de 1º grau Santa Rita – Extensão Escola Municipal de Primeiro Grau (E.M.P.G.) Amélia Jacob Chama e Escola Rural Mista Carlos Alves Ferreira, nem todos os arquivos foram possíveis encontrar nos documentos relacionados as estruturas físicas escolar, por isso a escolha dessas escolas.

A Escola Rural Mista Ajax Leite Furquim, localiza na área rural, no sítio Quitéria, não faz menção o nome do proprietário do sítio, foi criado pela lei 83/70, tinha como objetivo proporcionar uma escolarização tipo rural mista, de responsabilidade municipal, essas informações constam em um levantamento patrimonial no ano de 1970.

Tinha capacidade para vinte e cinco alunos matriculados, funcionava em prédio cedido e adaptado, nos documentos não mencionava se havia energia elétrica, esgoto, vasos sanitários ou iluminação elétrica. A água era de curso natural, o prédio era construído de madeira, com janelas caixilhos³ demadeira.

Seu estado geral de conservação conforme informa os documentos considerada péssimo, assim como a pintura, com cobertura de telha de barro, tipo colonial, não havendo forro, as paredes não eram pintadas, o piso de tijolo se encontrava em péssima situação, onde havia apenas uma porta ruim de madeira, fechaduras e pias não havia na escola.

Possuía sete carteiras de madeira e duas carteiras para reformar, não havia mesas, armários e cadeiras (eram bancos grandes de madeira de uso coletivo, conforme informações coletadas durante a pesquisa) havia apenas um quadro negro que era de madeira, não possuía biblioteca, laboratório, merenda escolar, nem ao menos eram mencionados nos documentos Foi possível verificar em outro documento⁴ a solicitação feita pela professora Norailda Ferreira Parreira na data de 02/09/1971, para o estabelecimento alguns materiais imobiliários, descritos no quadro número 1:

² Anexo - Lei n ° 83/70.

³Parte da esquadria que sustenta e garante os vidros de portas e janelas. Podem ser de madeira, aço, ferro, alumínio e PVC. Dependendo da ferragem adotada pode-se ter portas de abrir, correr, tipo vai-e-vem, basculante para cima (tipo porta de garagem), com eixo central, com várias folhas de abrir ou mesmo de correr.

Quadro 1- Solicitação de material.

Armário	1 peça
Mesa	1 peça
Cadeira	1 peça
Cadernos	1 cento

Fonte Documental: Escola Rural Mista Ajax Leite Furquim

Também analisamos a Escola Rural Mista Carlos Alves Ferreira em relação a escola anterior. Ela foi construída em 1970 pelo município, localizada na chácara São Pedro, sendo o proprietário Pedro Diogo de Farias, com distância de 3km da cidade de Aparecida do Taboado e 3km de distância de outra instituição escolar, possuía prédio próprio, com uma sala de aula apenas, sendo uma escola de tipo mista, localizado em terreno municipal, com capacidade de oitenta alunos matriculados, oferecia curso primário, tendo dois turnos de funcionamento, das 8:00 as 11:30 horas e 13:00 as 15:30 horas, tinha como professora Maria Aparecida P. Rocha, na data de 31/08/1971⁵. Nessa mesma data a referida professora faz a solicitação de alguns mobiliários⁶, como podemos observar descritos no quadro 2:

Quadro 2- Solicitação de material

Mesa	1 peça
Cadeira	2 peça
Lápis	2 grosso
Caderno	3 cento
Livros	50 unidades
Borracha	5 caixas
Globo Terrestre	1 peça

⁴Anexo - Documento de solicitação de material - Escola Ajax Leite Furquim.

⁵Anexo - Documento de levantamento patrimonial - Escola Carlos Alves Ferreira.

⁶Anexo - Documento de solicitação de material - Escola Carlos Alves Ferreira.

Flanelógrafo	1 peça
Filtro	1 peça

Fonte Documental: Escola Rural Mista Carlos Alves Ferreira

Em outro documento assinado pela responsável escola Maria Aparecida P. Rocha, com data de 31 de agosto de 1971, conseguimos identificar por meio do levantamento patrimonial, como era fisicamente essa escola.

Em referência a outras escolas notamos que esta não dispunha de auditório, laboratório, biblioteca, cantina, sala dos professores, sala de grêmio ou bebedouro. Também nada consta nada sobre a forma de iluminação. Mas percebe-se que não havia nem pias para higienização. A escola contava com quinze carteiras de madeira e cinco estavam para reforma, nada consta sobre mesas, armários e cadeiras. Havia dois quadros negros pintados em paredes, não menciona se havia vasos sanitários, apenas uma fossa (“casinha” esta palavra foi mencionada no documento analisado), janelas caixilhos de ferro, cobertura de telha francesa, paredes de tijolos, piso de cimento, duas portas de madeira pintadas e com fechaduras de tipo comum. De modo geral a estrutura da escola é descrita no documento como em bom estado de conservação⁷.

Outra escola que analisamos foi a Escola Municipal de 1º grau Santa Rita – Extensão Escola Municipal de Primeiro Grau (E.M.P.G.) Amélia Jacob Chama, localizada na fazenda Macaca à 15 km de distância em relação a cidade de Aparecida do Taboado, também em relação à outra escola, do proprietário Epitácio Garcia.

Foi construída no ano de 1985, sendo o prédio cedido, com capacidade de 12 alunos por turno, com capacidade total de matriculas de 20 alunos no total, que funcionava em apenas uma sala de aula de 1º a 4º séries, que funcionava em apenas um período, das 7:00 as 11:00 horas⁸.

A estrutura física do prédio foi utilizado tijolo em sua construção, possuía uma sala apenas, a água era de poço e posteriormente filtrada, não havia: pias para lavar as mãos, o sanitário⁹ feito de madeira, lugar para preparar a merenda, cantina, sanitário e eram destinados 1.600mts² ao pátio escolar, tinha como professora Veronica Terezinha de Jesus com o grau de escolaridade Projeto Logos II.

Os materiais escolares disponíveis eram o quadro negro, não tinha mapas e biblioteca, normalmente tinha suficiente giz, livros básicos, cadernos, lápis, borrachas, carteiras em bom

⁷Anexo- Documento de levantamento patrimonial da Escola Carlos Alves Ferreira.

⁸Anexo- Documento de descrição geral da Escola Amélia Jacob Chama.

⁹Mictório - lugar ou sítio público onde as pessoas podem urinar, urino.

estado de uso, bancos e, ou, cadeiras. No documento analisado há as atividades extras curriculares, no qual menciona a merenda fornecida pela FAE e por último consta que não havia problemas¹⁰.

A análise documental referente as três escolas, revelou que as condições físicas estruturais tiveram uma relativa melhora nos anos de 1980 em relação aos anos 1970, pois passaram de estado geral de conservação considerado péssimas um estado de conservação bom, entretanto ambas continuavam privadas do básico para uma real aprendizagem e trabalho por parte dos docentes.

3.2 Os Professores

Analisamos os documentos referentes ao contrato de locação de serviços e curriculum vitae de professoras de três escolas para compreender melhor quem eram esses docentes e quais suas formações, assim detemos três escolas para análise: Escola Rural Mista Floriscena Laurinda de Castro, Escola Rural Mista João Vicente de Freitas e Escola Rural Mista Maria Queiroz Moreira.

Ao que se refere a Escola Rural Mista Floriscena Laurinda de Castro, o curriculum Vitae da professora Eluza Farias¹¹, consta o nome se seus pais: Aluísio Farias Novais e Maria Consuelo, data de seu nascimento em 06 de julho de 1945, de sexo feminino, solteira, brasileira, natural da cidade Osvaldo Cruz.

Possuía os cursos: primário, concluído no Grupo Escolar – Dr. Getulio Vargas, Osvaldo Cruz e o Ginásial, 1º série ginásio Dr. Getulio Vargas – Osvaldo Cruz, não consta nada sobre o curso colegial.

Em relação a seus documentos pessoais, apenas o título de eleitor nº 5.199 zona 24, estado de Mato Grosso, está no currículo, não foi mencionado outro documento.

O que se pode observar que este currículo era confeccionado apenas para realização do contrato de prestação de serviço, pois continha o nome da escola que iria trabalhar “Escola Rural Mista Floriscena Laurinda de Castro”, localizada no imóvel Sobradinho, cujo o proprietário da fazenda onde se localizava a escola era José Apolinário da Silva, que fica a 50 km da cidade e a 20 km em relação a próxima escola.

Que teve como tipo de provimento a contratação no dia 10/01/1972, com duração de 10 meses, e que se realizou o contrato pelo motivo por havervaga.

¹⁰Anexo - Questionário para as escolas primárias do município de Aparecida do Taboado - Informação geral.

¹¹Anexo - Curriculum Vitae - Eluza Farias.

Já no Contrato de Locação de Serviço, era firmado entre a Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado, representada pelo Prefeito Municipal, pelo Supervisor Escolar e a contratada Eluza Farias, brasileira, maior, solteira, residente e domiciliada no Imóvel Sobradinho, neste mesmo município, era acertado o seguinte: lecionar na Escola Rural Mista Floriscena Laurinda de Castro. Esse contrato teve início em 10 de janeiro de 1972 e seu término em 30 de outubro de 1972, com remuneração mensal de cr\$ 150 (cento e cinquenta cruzeiros), onde fica obrigada a emitir mensalmente relatórios de suas atividades, a obedecer aos órgãos superiores e se em algum momento houver deslize funcional e falta de aptidão por parte da contratada, será realizada a rescisão contratual. Esse contratado foi assinado no dia de fevereiro de 1972, pelo prefeito municipal, secretário de educação, a contratada e duas testemunhas¹².

Em relação a outra professora Iracema Iara Rocha no que se refere ao seu curriculum vitae, seu preenchimento se faz igual ao descrito anteriormente. Filha de Diomar Rocha, nascida em 31 de março de 1952, sexo feminino, solteira, brasileira, natural da cidades de Nova Granada, estado de São Paulo¹³.

Possuía os cursos primário, ginásial e colegial, não especifica a instituição que foi cursado, apenas a cidade Nova Granada – SP, não consta nada a respeito dos documentos título de eleitor e carteira de identidade. Também se observa que esse currículo foi produzido referente ao contrato de serviço, referente a Escola Municipal Rural Mista João Vicente de Freitas, localizada na Aroeira sendo que o proprietário onde se localiza a escola, pertence a Agostinho Batista Fiori.

O tipo de provimento foi a contratação no dia 03/08/1970, com período de 5 meses e por motivo de haver vaga. Consta a assinatura da professora e do funcionário pelo preenchimento.

O contrato de locação de serviço firmado entre a Prefeitura Municipal, pelo Supervisor Escolar, firmado com a professora Iracema Iara Rocha, brasileira, maior, solteira, residente e domiciliada no imóvel Aroeira, que ficou acertado o seguinte: lecionar na Escola Rural Mista João Vicente de Freitas, com remuneração mensal de cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) que corresponde a um salário mínimo regional, que está de acordo com o documento analisado, onde a professora fica obrigada a emitir mensalmente relatórios de suas atividades, a obedecer aos órgãos superiores e se em algum momento houver deslize funcional e falta de aptidão por parte da contratada, será realizada a rescisão do contrato.

¹²Anexo - Contrato de locação de serviço - Eluza Farias.

¹³Anexo - Curriculum Vitae - Iracema Iara Rocha.

O contrato foi assinado na cidade de Aparecida do Taboado, no dia 15 de agosto de 1970, pelo Prefeito Municipal, Secretário de Educação, contratada e duas testemunhas¹⁴.

A próxima documentação a ser analisada foi da professora Ana Fernandes Salles, filha de Manoel Fernandes Santos e Leopoldina Alves Santos, nascida em 30 de novembro de 1921, feminino, casada, brasileira, natural da cidade de Igarapava – SP. Possuía curso primário, concluído no 1º Grupo Escolar – Catanduva –SP em 20/12/1934, nada consta sobre os cursos ginásial e colégio.

Em relação aos documentos pessoais, somente o título eleitoral nº 5.726, zona 24, estado de Mato Grosso é mencionado, a carteira de identidade nada consta e nenhum outro documento é mencionado.

Assim, como nas duas outras análises feitas anteriormente supomos que o curriculum vitae somente foi elaborado para preenchimento legal do contrato, no qual constava: por consta o nome da Escola Municipal Rural Mista Maria Queiroz Moreira, localizada na Fazenda Jardins, do proprietário José Queiroz Moreira, que se encontrava a 49km de distância da cidade mais próxima e a 19km em relação a escola mais próxima.

Esse currículo tinha como provimento a contratação, que ocorreu no dia 10/01/1971 com período de dez meses por motivo de vaga, o qual foi assinado na cidade de Aparecida do Taboado no dia 10 de fevereiro de 1972, pela professora e pelo responsável pelo preenchimento¹⁵.

Seu Contrato de Locação de Serviço foi firmado entre a Prefeitura Municipal, pelo Supervisor Escolar, firmado com a professora Ana Fernandes Salles, brasileira, maior, casada, residente e domiciliada Fazenda Jardins, que ficou acertado o seguinte: lecionar na Escola Municipal Rural Mista Maria Queira Moreira, com remuneração mensal de cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) que corresponde a um salário mínimo regional, onde fica obrigada a emitir mensalmente relatórios de suas atividades, a obedecer aos órgãos superiores e se em algum momento houver deslize funcional e falta de aptidão por parte da contratada, será realizada a rescisão do contrato.

O contrato foi assinado na cidade de Aparecida do Taboado, no dia 20 de fevereiro de 1972, pelo Prefeito Municipal, Secretário de Educação, contratada e duas testemunhas¹⁶. Podemos observar que os três Contratos de Locação de Serviço firmados têm variações de salário, podemos então supor constatar que o maior valor pago era da professora Iracema Iara Rocha com maior formação, enquanto as duas outras professoras aqui citada ganhavam a metade do salário mínimo regional daquela época.

¹⁴Anexo - Contrato de locação de serviço - Iracema Iara Rocha.

¹⁵Anexo - Curriculum Vitae - Ana Fernandes Salles.

¹⁶ Anexo - Contrato de locação de Serviço - Ana Fernandes Salles.

3.3 Avaliações/Exames Finais

As avaliações ou exames finais que analisamos datam de 1973, 1978 e 1997, respectivamente das Escolas Rurais Mista São João, Escola Rural Mista Santa Rita e Escola Rural Mista Antonio Aydar, percebemos durante nossas observações o ensino tradicional. Com base em Freire, nesta forma de trabalho didático o conhecimento era transmitido e os conteúdos depositados no agente passivo, nesse caso o aluno. O professor é dominador dos conteúdos, sendo agente ativo, o depósito bancário.

Entendemos que o professor irá “depositar” (vem daí a ideia de “bancária”) os conteúdos em suas cabeças, como se fossem recipientes a serem preenchidos. A educação bancária não é libertadora, mas, sim, opressora, pois não busca a conscientização de seus educandos. Quer, na verdade, que corpos de alunos e alunas sejam inconscientes e sujeitados às suas regras. Perpetua e reforça, assim, sua relação vertical e autoritária. A prática pedagógica dos educadores é permeada pelo autoritarismo, dizendo aos educandos o que devem fazer e o que responder; portanto, eles vivenciam uma pedagogia da resposta. (BRIGHENTE, 2016,p.161)

A primeira instituição a ser analisada foi a Escola Rural Mista São João, que data de 21 de novembro de 1973, exame final de Português da série: Pré, escrita à mão em folha de papel almaço com pauta, dividida em duas partes: A e B.

A parte A seria cópia do texto “O boi”, (este texto não se encontra disponível) e a parte B divididas em cinco exercícios, ao final havia duas frases que não estava especificado o que era necessariamente para fazer e abaixo escrito desenho de imaginação, o que se compreende que os alunos podiam desenhar livremente naquele espaço da avaliação, acreditamos que essa prova seria o esboço da prova aplicada aos alunos, pois estava sem respostas e semnota¹⁷.

A segunda instituição a ser analisada foi a Escola Rural Mista Santa Rita, foi aplicada aos alunos no 2º semestre no ano 1978, não foi informado em que série foi aplicada essa avaliação, realizadas em folhas de papel almaço com pauta. Essa prova pertencia a aluna Roselene, que tirou nota 6.0 em Língua Nacional e 7.5 de matemática.

¹⁷ Anexo - Exame final - Escola Rural Mista São João.

A primeira parte destinava – se a Língua Nacional, em que se realizava uma cópia e depois a dois exercícios e a segunda parte prova de matemática semestral do ano de 1978, ao qual foi dividida em quatro exercícios¹⁸.

A última instituição a ser analisada foi a Escola Rural Mista Antonio Aydar, a avaliação pertencia a aluna Eliana Siqueira Goulart, que tirou nota 3, que data o ano letivo e o ano civil de 1997, do dia 19 de dezembro.

As provas vinham prontas, elaboradas pela professora, feitas em folhas sulfites xerocopiadas, onde nesta avaliação consta as seguintes informações:

O presente instrumento foi utilizado para medir o alcance dos seguintes objetivos: Relata fatos de textos lidos, interpretar o texto lido, tem curiosidade e gostar de realizar pesquisa, toma atitudes em favor da preservação da natureza e revela interesse por assuntos ecológicos.

Na avaliação continha um texto “A árvore a Onça”, escrito por Roberta Soeiro, 9 anos, em seguida foram feitas realizadas nove atividades relacionadas ao texto, sendo que sete foram questões objetivas, a oitava atividade era para ser feita uma visita ao redor da escola e trazer duas partes de uma árvore, colar e escrever o nome dessas partes na avaliação e a nona questão estava relacionada a campanha em defesa da natureza¹⁹.

As avaliações ou exames analisados relacionados as três escolas em diferentes anos nos permite observar que os conteúdos aplicados, a forma de aprendizagem do aluno, o conhecimento passado pelo professor teve pouca alteração em relação as décadas de 1970 a 1990, a uma educação ativa por parte dos professores e uma educação passiva por parte dos alunos.

3.4 Matrículas/Estatísticas Educacionais/Frequências

Analizamos algumas matrículas realizadas no período em que as escolas rurais estiveram em funcionamento, assim buscamos demonstrar como era a continuidade desses alunos em relação aos seus estudos, permitindo observar desde o início até o fechamento dessas escolas, suas frequências e desistências desses estudantes.

Optamos escolher essas três escolas para fazer essa análise: Escola Rural Mista Benedicto Caputto, Escola Rural Mista Nossa Senhora Aparecida e Escola Rural Mista São Bom Jesus.

¹⁸ Anexo - Avaliação 2º semestre - Escola Rural Mista Santa Rita.

A primeira matrícula a ser analisada foi a do aluno Cleomar Lima de Almeida referente ao ano letivo de 1980, da escola Municipal de 1º Grau Nossa Senhora Aparecida, localizada na Olaria do Zé Hidário, de sexo masculino, brasileiro, natural de Itaetê – Bahia, nascido em 4 de março de 1968, filho de Fildecino Alves Almeida e Adalgisa Ferreira de Lima, que reside na olaria do Zé Hidario, ao qual apresentou como documento para a realização da matrícula a Certidão de Nascimento. Nada consta sobre a situação anterior do aluno, se inscrevendo na 1º série do 1º Grau, não mencionado o turno e nem o período, documento não assinado, datilografado e escrito a lápis no canto da folha a palavra desistente²⁰.

Sobre esse mesmo aluno há mais duas fichas individuais como podemos observar nos quadros 3 e 4:

A primeira ficha individual²¹ consta o nome do aluno, data de nascimento, naturalidade e estado, nacionalidade, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 3: Ficha individual (1977)

I grau	Turma	Ano Letivo	Turno	Matéria	Observações
1º série	M	1977	Não consta	Com. Expressão, Int. Social e Inic, Ciências	Desistente ²²

Fonte Documental: Escola Rural Mista Nossa Senhora Aparecida.

Na segunda ficha individual²³ consta o nome, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade e filiação, no quadro abaixo informação escolar do aluno:

²⁰ Anexo - Matrícula Cleomar Lima de Almeida.

²¹ Anexo - Ficha individual - Cleomar Lima de Almeida 1977.

²² Nada consta sobre as faltas, dias letivos, carga horária, Local e data e em observações: Assinado pela secretária Marly Queiroz Salles e pela diretora Maria Elizabet de CastroSouto.

²³ Anexo - Ficha individual - Cleomar Lima de Oliveira – 1980.

Quadro 4- Ficha individual -1980

Áreas de estudos e/ou disciplinas	Faltas	Resultados e observações da série
Com. Expressão, Int. Social e Inic. Ciências	180	Desistente ²⁴

Fonte Documental: Escola Rural Mista Nossa Senhora Aparecida

Assim supomos que o aluno Cleomar Lima de Oliveira não concluiu a 1º série do I grau, pois tanto em sua matrícula no ano de 1980 e em suas fichas individuais nos anos de 1977 e 1980 menciona aluno desistente.

A próxima matrícula²⁵ analisada foi da aluna Maria de Fátima de Jesus, da Escola Rural Mista Bom Jesus, em seu requerimento nada consta sobre Registro Geral (RG), nascida em 10 de dezembro de 1969 em Aparecida do Taboado – MT, brasileira, feminino, constando apenas o nome da mãe: Maria Aparecida de Jesus, residente à Patrimônio Bom Jesus, s/n, sem bairro e telefone. Segue as informações no quadroabaixo:

Quadro 5- Matrícula Escolar.

I Grau	Ano letivo	Curso	Turno	Complemento
1º série	1980	Regular	Matutino	Em 09/03/1980 ²⁶
2º série	1981	Regula	Matutino	Em 16/03/1981 ²⁷
3º série	1982	Regular	Matutino	Em 13/03/1982 ²⁸
3º série	1984	Regular	Matutino	Em 14/02/1984 ²⁹
4º série	1985	Regular		Em 09/02/1985 ³⁰

Fonte Documental: Escola Rural Mista Bom Jesus.

²⁴Anexo - Ficha individual - complemento: ano 1980, 1º série, assinado pela secretária Marly Queiroz Salles e nesse período tinha como diretora Maria Elizabet de Castro Souto.

²⁵Anexo - Requerimento de Matrícula Maria de Fátima de Jesus.

²⁶Anexo - Complemento - assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

²⁷Anexo - Complemento - assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

²⁸Anexo - Complemento - assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

²⁹Anexo - Complemento - assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

³⁰Anexo - Complemento - assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

Ainda consta sobre a vida escolar do aluno a ficha individual³¹ como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 6- Ficha Individual

I Grau	Ano Letivo	Faltas Anuais	Carga Horária Total	Complemento
1° série	1980	10	720 h	Aprovada ³²
2° série	1981	00	720h	Aprovada ³³
3° série	1982	00	720h	Desistente
3° série	1984	32	720h	Aprovada ³⁴
4° série	1985	14	720h	Aprovada ³⁵

Fonte Documental: Escola Rural Mista Bom Jesus.

A terceira matrícula analisada foi do aluno Roberto Henrique Silva, da Escola Rural Mista Benedicto Caputto, em seu requerimento nada consta sobre Registro Geral (RG), nascida em 07 de outubro de 1976 em Santa Fé do Sul – SP, brasileira, masculino, constando apenas o nome da mãe: Aparecida de Fátima Silva, residente à Patrimônio Fazenda Cachoeirinha, s/n, sem bairro e telefone³⁶. Podemos observar no quadro abaixo o requerimentos das matrículas:

Quadro 7- Matrícula Escolar.

I Grau	Ano Letivo	Curso	Turno	Complemento
1° série	1988	Regular	Matutino	Em 04/02/1988 ³⁷
1° série	1991	Regular	Matutino	Em 08/02/1991 ³⁸

Fonte Documental: Escola Rural Mista Benedicto Caputto.

³¹Anexo - Ficha individual - Maria de Fátima de Jesus 1980/1981/1982/1984 e 1985.

³²Anexo em todas as disciplinas oferecidas de 1° a 4° série: Com. expressão, Int. social e Inic. ciências.

³³Anexo - complemento: em todas as disciplinas oferecidas de 1° a 4° série: Com. expressão, Int. social e Inic. ciências.

³⁴Anexo - complemento: em todas as disciplinas oferecidas de 1° a 4° série: Com. expressão, Int. social e Inic. ciências.

³⁵Anexo - complemento: em todas as disciplinas oferecidas de 1° a 4° série: Com. expressão, Int. social e Inic.

ciências.

³⁶Anexo - Requerimento de Matrícula Roberto Henrique Silva.

³⁷Anexo - Complemento: assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

³⁸Anexo - Complemento: assinado pelo responsável, funcionário responsável e pelo diretor.

Na ficha individual³⁹ consta informações do aluno Roberto Henrique Silva como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 8- Ficha Individual

I Grau	Ano Letivo	Falta	Carga Horária	Complemento
1º série	1988	159	780h	Desistente
1º série	1991	71	800h	Reprovado ⁴⁰

Fonte Documental: Escola Rural Mista Benedicto Caputto.

O que se observa que além das desistências, há também as reprovações e as interrupções desses alunos em concluir o ano letivo, não saindo na maioria da 1º série do I grau e quando esses alunos retornam as instituições escolares já se passaram alguns anos. Tiramos como base o alto número de desistência dos alunos na década de 1970, a Escola Rural Mista Conchita Santamaria Carrato, localizada na Fazenda Santa Inês, 1º série, turma M, Turno vespertino, no ano letivo de 1977 em que 19 alunos matriculados, com idades que variavam entre 5 anos e 15 anos de idade estudando em uma mesma sala de aula e cursando a 1º série do I Grau, sendo que apenas 4 desses 19 alunos foram aprovados, sendo que os demais desistiram dos estudos ou supomos que nem chegaram a frequentar essa instituição escolar⁴¹.

Analisamos ainda a Estatística Educacional de três escolas no ano de 1971, sendo elas: Escola Rural Mista Porto Taboado, Escola Rural Mista Maria Queiroz Moreira e Escola Rural Mista Centenário de Rondon.

A Estatística Educacional da Escola Rural Mista Porto Taboado, que se localizava no Porto Taboado, tinha nesse período o professor Gilmar Almeida Moris, que possuía como entidade mantedora a Prefeitura Municipal, que ficava localizada a 18km de distância da cidade e 10km de distância em relação a outra escola.

Seu horário de funcionamento era das 7-11hs, com apenas 1 turno e um professor.

Na sequência segue três tabelas demonstrando o número de alunos que concluíram o ano letivo, os alunos aprovados no exame final e os que tiveram matrículas canceladas até novembro por qualquer motivo⁴².

³⁹Anexo - Ficha Individual - Roberto Henrique Silva.

⁴⁰Anexo - Ficha Individual - complemento - todas as disciplinas oferecidas de 1º a 4º série: Com. expressão, Int. social e Inic.ciências.

⁴¹ Anexo - Matrículas - Escolas Conchita Santamaria Carrato - 1977.

⁴² Anexo - Estatística Educacional - Escola Rural Porto Taboado -1972.

Os números de alunos existentes em novembro de 1971 frequentes na escola, como mostra o quadro abaixo mostra:

Quadro 9- Estatística Educacional (alunos existentes).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	06	03	09
2° série	00	01	01
3° série	02	03	05
4° série	02	00	02
Total	10	07	17

Fonte Documental: Escola Rural Mista Porto Taboado.

Número de alunos aprovados no exame final de 1971, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 10 – Estatística Educacional (alunos aprovados no exame final).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	03	01	04
2° série	00	00	00
3° série	01	03	04
4° série	00	00	00
Total	04	04	08

Fonte Documental: Escola Rural Mista Porto Taboado.

Números de alunos que tiveram matrículas canceladas, por qualquer motivo até novembro de 1971, como podemos observar o quadro abaixo:

Quadro 11- Estatística Educacional (matrículas canceladas).

1° série	11
2° série	02
3° série	02
4° série	01
Total	16

Fonte Documental: Escola Rural Mista Porto Taboado.

A próxima Estatística Educacional Documental que analisamos foi da Escola Rural Maria Queiroz Moreira, que se localizava na Fazenda Jardins, tinha nesse período o professora Ana Fernandes Salles, que possuía como entidade mantedora a Prefeitura Municipal, que ficava localizada a 49km de distância da cidade e 19km de distância em relação a outra escola. Seu horário de funcionamento era das 12 – 14hs, com apenas 1 turno e um professor.

Na sequência os quadros abaixo demonstram o número de alunos que concluíram o ano letivo, os alunos aprovados no exame final e os que tiveram matrículas canceladas até novembro por qualquer motivo⁴³.

Os números de alunos existentes em novembro de 1971, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 12 – Estatística Educacional (alunos existentes).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	08	18	26
2° série	01	01	02
3° série	00	00	00
4° série	03	02	05
Total	12	21	33

Fonte Documental: Escola Escola Rural Maria Queiroz Moreira.

Número de alunos aprovados no exame final de 1971, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 13- Estatística Educacional (alunos aprovados no exame final).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	02	11	13
2° série	01	01	02
3° série	00	00	00
4° série	03	02	05
Total	06	14	20

Fonte Documental: Escola Escola Rural Maria Queiroz Moreira.

Números de alunos que tiveram matrículas canceladas, por qualquer motivo até novembro de 1971, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 14 – Estatística Educacional (matrículas canceladas).

1° série	04
2° série	00
3° série	00
4° série	00
Total	04

Fonte Documental: Escola Rural Maria Queiroz Moreira.

A terceira Estatística Educacional Documental que analisamos foi da Escola Rural Centenário Rondon, que se localizava na Vila Nossa Senhora Conceição, tinha nesse período o professora Geny Martins Alves Bocalan, que possuía como entidade mantedora a Prefeitura Municipal, que ficava localizada a 28km de distância da cidade e 12km de distância em relação a outra escola. Seu horário de funcionamento era das 11 – 15hs, com apenas um turno e um professor.

Na sequência segue três tabelas demonstrando o número de alunos que concluíram o ano letivo, os alunos aprovados no exame final e os que tiveram matrículas canceladas até novembro por qualquer motivo⁴⁴.

Números de alunos existentes em novembro de 1971, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 15 – Estatística Educacional (alunos existentes).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	07	05	12
2° série	05	03	08
3° série	01	01	02
4° série	00	00	00
Total	13	09	22

Fonte Documental: Escola Rural Centenário Rondon

⁴⁴Anexo - Estatística Educacional - Escola Rural Centenário Rondon.

Números de alunos aprovados no exame final de 1971, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 16 – Estatística Educacional (alunos aprovados no exame final).

	Masculino	Feminino	Total
1° série	03	01	04
2° série	02	02	04
3° série	01	01	02
4° série	00	00	00
Total	06	04	10

Fonte Documental: Escola Rural Centenário Rondon.

Números de alunos que tiveram matrículas canceladas, por qualquer motivo até novembro de 1971, como podemos observar no quadro abaixo:

Quadro 17- Estatística Educacional (matrículas canceladas).

1° série	08
2° série	06
3° série	01
4° série	00
Total	15

Fonte Documental: Escola Rural Centenário Rondon.

Com base nos documentos das estatísticas educacionais da década de 1970 podemos supor um número elevado de alunos que cancelaram suas matrículas até novembro, outro fato que chama a atenção nesse documento é o horário de funcionamento dessas instituições, pois elas não seguem o mesmo tempo, enquanto em duas escolas são quatro horas diárias de aula a outra é de apenas duas horas diárias de aula.

Em relação as frequências analisamos três escolas referentes ao mês de maio dos anos letivos de 1973 e 1974, que são as instituições escolares: Escolas Rurais Mistas Coqueiro, Escolas Rurais Mistas João Vicente Freitas e Escolas Rurais Mistas São João.

Ao analisarmos a Escola Rural Mista Coqueiro, na ficha de frequência não consta o nome da escola no documento, mas esta ficha também estava anexado aos demais documentos relacionados a escola em questão⁴⁵.

Essa ficha refere-se a série primária, turma diurna, turno maio, da professora Auxiliadora, do ano letivo de 1973, onde há no total quinze alunos em que oito são do sexo feminino e sete do sexo masculino, sendo que nove alunos são do 1º série, dois alunos da 2º série, quatro alunos da 4º série e não há alunos no 3º série.

Não consta falta por parte da professora e de nenhum aluno no mês de maio, que houve vinte e seis dias letivos, quatro domingos e um feriado do dia 1º de maio (Dia do Trabalho).

A próxima escola a ser analisada será a Escola Rural Mista João Vicente Freitas, na ficha de frequência consta o local Fazenda Arueira⁴⁶.

Essa ficha refere-se a 1º, 2º e 4º séries turma mista, turno 12 à 16 hs, professora Ana Francisca de Souza, do ano letivo de 1974, onde há no total quinze alunos em que seis são do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo que não discriminação da quantidade de alunos por séries.

Não consta falta por parte da professora responsável e de nenhum dos alunos no mês de maio, que houve vinte e seis dias letivos, quatro domingos e um feriado do dia 1º de maio (Dia do Trabalho) e assinado pela professora.

A terceira escola a ser analisada será a Escola Rural Mista São João, localizada Fazenda 3 Marias.

Essa ficha refere-se a 4º série turma mista, turno não consta, professora Alda de Oliveira, do ano letivo de 1974, onde há no total dezesseis alunos em que sete são do sexo feminino e nove do sexo masculino, sendo que não discriminação da quantidade de alunos por séries⁴⁷.

Não consta falta por parte da professora e de nenhum aluno no mês de maio, que houve vinte e dois dias letivos, quatro finais de semana (sábado e domingo) e um feriado do dia 1º de maio (Dia do Trabalho).

Em relação as frequências dos alunos, procuramos analisar o mesmo mês (maio) das três escolas em questão, mas em anos diferentes, não consta falta por parte dos alunos e nem do professor, levando a nos questionar se essas informações sejam realmente verdadeiras, pois

⁴⁵Anexo - Ficha de frequência - Escola Coqueiros.

⁴⁶Anexo - Ficha de frequência - Escola João Vicente Freitas.

se levarmos em conta todos os problemas que esses alunos tinham para se locomover até a escola mais próxima de suas casas e outros obstáculos que impediam se serem alunos frequentes, supomos que essas frequências não são exatamente a realidade vivida das escolas rurais mistas de Aparecida do Taboado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho expõe uma análise sobre classes multisseriadas nas escolas rurais mistas existentes no município de Aparecida do Taboado - MS, entre os anos de 1970 a 2000, nas análises foram apresentados os problemas existentes nesse modelo de escola e em seu funcionamento decorrentes por diversos fatores como: a falta de políticas públicas educacionais em relação às escolas rurais, currículo voltado para os alunos do campo, um calendário escolar que se adequasse as necessidades do público rural. Tais instituições foram marcadas por pausas em seu funcionamento, seja por problemas de infra-estrutura, falta de professores, pois na época eram poucos os docentes que possuíam alguma formação ou magistério.

Com a constituição entrando em vigor em 1988, ficou obrigatório que toda criança frequentasse a escola nas séries iniciais, cursando o ensino fundamental, com acesso e permanência na escola, sem distinção entre aqueles que moravam na cidade ou no campo. Infelizmente, esta dinâmica não se realizava conforme percebemos em nossa análise.

As escolas rurais encontravam-se em um nível de escolarização bem abaixo das escolas urbanas, possuindo um modelo de classes multisseriadas, professores sem formação, infra-estrutura ruim, condições precárias de ensino e o currículo utilizado nas escolas municipais não eram pensados para os alunos do campo. Além disso, os dados mostram que a educação era de baixa qualidade, nota carência de material didático e embora a quantidade de instituições escolares fosse considerável, elas não saciavam as necessidades da população do campo, principalmente nos períodos mais remotos, no qual a população rural era maior.

Essa realidade educacional esteve presente por muito tempo nas escolas rurais, pois evidencia-se que o principal objetivo dessa diferenciação da qualidade era manter os alunos presos ao campo, sendo esta modalidade pensada como uma maneira de frear o êxodo rural. No entanto, esta política de ensino reproduzia entre os alunos as desigualdades geradas pelas expectativas de desenvolvimento social da segunda metade do século XX. Para a população rural era apresentado apenas um ensino voltado à alfabetização básica.

Mesmo após serem criadas leis que garantissem a educação como direito de todos às escolas rurais não avançaram principalmente em relação à qualidade do ensino oferecido em seus estabelecimentos, gerando a desistência de um número grande de alunos e à interrupção das atividades escolares. Fatores como a distância das escolas em relação umas às outras e em relação às cidades, a falta de um calendário escolar fixo, de um currículo

voltado ao público do campo e a falta de merenda escolar, afastavam os alunos das escolas.

Atualmente, o ensino rural encontra-se extinto no município de Aparecida do Taboado – MS desde o ano 2000, mas ainda é presente em outras regiões do estado de Mato Grosso do Sul e do país. Os alunos da zona rural do município de Aparecida do Taboado deslocam-se para a cidade por meio de transporte público escolar (ônibus ou vans), frequentando atualmente as escolas municipais e estaduais para terminarem seus estudos, assim podemos destacar alguns problemas gerados por essa mudança: a longa jornada que os alunos percorrem para chegar nas escolas, os horários de ir para a escola e retornar para suas casas, o cansaço durante as aulas e o fato do ensino ser voltado para o mundo do trabalho urbano e não para a realidade do homem do campo e para o campo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. L. **A produção da escola contemporânea**. Campinas: Editora Autores Associados. 2001
- BEZERRA NETO, L. **Avanços e retrocessos da Educação Rural no Brasil**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas – SP. 233f. 2003.
- BOF, A. M.(Org.) **A educação no Brasil rural**. Brasília. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>>. Acesso em: 02 de novembro de 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília/DF: Senado Federal.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto-Lei nº 4.958**, de 14 de novembro de 1942. Institui o Fundo Nacional do Ensino Primário e dispõe sobre o Convênio Nacional de Ensino Primário.1942.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º Graus. 1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.
- BÖNEMANN, P. A. **Realidades das escolas do campo: um olhar crítico sobre espaços físicos, descasos, construção de políticas públicas e proposta pedagógica**. 58F. Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI). 2015.
- BRIGHENTE, M. F. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Revista Pro-Posições**, v. 27, n.1, p. 155-177. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n1/1980-6248-pp-27-01-00155.pdf>>. Acesso em: 04 de novembro de 2017.
- CARDOSO, M. A.; JACOMELI, M. R. M. Considerações sobre as escolas multisseriadas: estado da arte. **Revista Unioeste**, v. 5, n. 9, p. 267-290. 2010. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/viewFile/3878/3803>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.
- CAVALCANTE. A. N. **Imprensa e educação: o ensino primário rural nas páginas de jornais do município de Dourados - MT (1948-1974)**. 111f. Tese de Mestrado em Educação

da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Dourados. 2016. Disponível em: <[http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ALINE%20NASCIMENTO%20CAVALCANTE.pdf)

[EDUCACAO/ALINE%20NASCIMENTO%20CAVALCANTE.pdf](http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/MESTRADO-DOUTORADO-EDUCACAO/ALINE%20NASCIMENTO%20CAVALCANTE.pdf)>. Acesso em: 03 de novembro de 2017. .

CAVALIERI, A. M. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 27-44. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a03v29n1.pdf>>. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

COSTA, P. C. C. **Regulamento da Instrução Pública Primária do Estado de Mato Grosso**. 1910. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114991>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. 4 Ed. São Paulo: Editora Atlas. 2002.

IRALA, C. **Educação rural em Dourados: A escola Geraldino Neves Correa (1942 - 1982)**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal dos Grandes Lagos (UFGD). 117f. Dourados/MS. 2014.

LEITE, S. C. **Urbanização do processo escolar rural**. Revista Educação e Filosofia, v. 10, n. 20. 1996. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/961>>. Acesso em: 03 de novembro de 2017.

LEITE, S. C. **Escola Rural: Urbanização e Políticas Educacionais**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LUZURIAGA, L. **História da educação e da pedagogia**. 19 Ed. São Paulo: Editora Companhia Editora Nacional, 2001.

MACHADO, S. F.; TERUYA, T. K. O Manifesto de 1932 e as repercussões na formação de professores da rede pública de ensino. IN: **VII Jornada do HISTEDBR**. 2007, Campo Grande, 2007. 20 p. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT2%20PDF/O%20MANIFESTO%20DE%201932%20E%20AS%20REPERCUSS%20DES%20NA%20FORMA%20C7%20DE.pdf> Acesso em: 30 de setembro de 2017.

PALMA FILHO, J. C. (organizador). **Pedagogia Cidadã. Cadernos de Formação. História da Educação**. 3 Ed. São Paulo: PROGRAD/UNESP- Santa Clara Editora. 2005.

PERES, M. A. C. Velhice e analfabetismo uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região nordeste. **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000300011>. Acesso em: 30 de setembro de 2017

RAMAL, C. T.. O ruralismo pedagógico no Brasil: revisitando a História da educação rural. IN: **X Jornada do HISTEDBR**. 2011, Vitória da Conquista. História da educação: intelectuais, memória e política: [anais]. Campinas: Unicamp, 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/e2qdukOb.pdf>. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

SÁ, E. F.; SILVA, M. O. O ruralismo pedagógico: uma proposta para organização da escola

em: <<http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/302/439>>. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

SANTOS, E. C. R. Grupos escolares ou escolas reunidas? a expansão da escola graduada em mato grosso. **Revista Aleph**, n. 20. 2013. Disponível em: <<http://revistaleph.uff.br/index.php/REVISTALEPH/article/viewFile/62/56>>. Acesso em: 30 de setembro de 2017.

SANTOS, I. S. F.; PRESTES, R. I.; VALE, A. M. Brasil, 1930 - 1961: Escola Nova, LDB e disputa entre escola pública e escola privada. **Revista HISTEDBR**, n. 22, p. 131-149. 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art10_22.pdf>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do longo século XX Brasileiro** In: *O legado Educacional do Século XX no Brasil*; Dermeval Saviani [et.al].- 2°.ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SILVA, M. O. **Escola Primária Rural Trilhar caminhos e transpor barreiras na educação em Mato Grosso (1927-1945)**. Cuiabá: Editora UFMT.2014.

SILVA, M. O.; SÁ, E. F. As escolas rurais de acordo com a legislação mato-grossense. 19--?. Disponível em: <<http://sistemas.ufmt.br/ufmt.evento/files/812cd1cc-8619-4f34-87a7-90d9f0379012.pdf>>

ANEXOS

Lei n°83/1970.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABUADO
ESTADO DE MATO GROSSO

- Lei n° 83/70 -
DE
13 DE ABRIL DE 1970

O CIDADÃO SEBASTIÃO MARIA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Aparecida do Tabuado, - Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc. FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores decretou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica criada oficialmente as seguintes ESCOLAS RURAIS MISTAS, neste Município de Aparecida do Tabuado:

- 1 - Escola Rural Mista "ULISES RODRIGUES DE ALMEIDA", na propriedade do Sr. Osório de Freitas, no local denominado Campo Alegre;
- 2 - Escola Rural Mista "POLÍDIO JUSTINO GARCIA", na propriedade do Sr. Clárismano Justino Alves, denominada "Rio Grande";
- 3 - Escola Rural Mista "OCEIRIO LUIZ DE SOUZA", na propriedade do Sr. Miguel Sousa Queiroz, local denominado Fazenda Galheiro;
- 4 - Escola Rural Mista "Isaura Lopes Lara", na propriedade do Sr. Isidri Alves Carvalho, denominada "Três Barras";
- 5 - Escola Rural Mista "JOÃO FERREIRA LIMA", na propriedade do Sr. Walter Mariano Lima, local denominado "Três Barras";
- 6 - Escola Rural Mista "Ajas Parquin Leite", na propriedade do Sr. João José Mendes, local denominado "Cigatória";
- 7 - Escola Rural Mista "João Luis Pereira", na propriedade do Sr. Immanuel Luiz Pereira, denominada - "Córrego de Matilha";
- 8 - Escola Rural Mista, "AMA JERÔNIMA DE QUEIROZ", na propriedade do Sr. Sebastião Maria de Freitas denominada Fazenda Passiro;
- 9 - Escola Rural Mista "SANTA MARIA", na propriedade do Sr. Josézinho Lima de Almeida, local denominado Sobradinho;

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABUADO
ESTADO DE MATO GROSSO

Cont.

- 10 - Escola Rural Mista "SMA ESPERANÇA", na propriedade do Sr. Benedito Alves de Freitas, denominada - "SMA Esperança";
- 11 - Escola Rural Mista "CARLOS ALVES FERREIRA", na propriedade do Sr. Onilias Pereira de Queiroz, denominada "Córrego Anil";
- 12 - Escola Rural Mista "FLORECIENNA LAURINDA DE CASTRO", na propriedade do Sr. José Apolinário, denominada Sobradinho;
- 13 - Escola Rural Mista "ANTONIO FELIXEIRA DE QUEIROZ", na propriedade do Sr. Waltair Tiago, denominada - "Clárisa dos Teixeiras";
- 14 - Escola Rural Mista "CENTENÁRIO DE RONDON", na propriedade denominada Vila Conceição;
- 15 - Escola Rural Mista "SANTA RITA", na propriedade denominada Glória Mattos;
- 16 - Escola Rural Mista "SÃO JOÃO", na propriedade do Sr. José João Maria, denominada "Lagoas das Traíras";
- 17 - Escola Rural Mista "SÃO BENEDETO", na propriedade do Sr. Elfrásio Alves Moraes, local denominado - Vila Oriente;
- 18 - Escola Rural Mista "Forte Tabuado", na propriedade do Sr. Serafina Rodrigues de Moraes, denominada Forte Tabuado;
- 19 - Escola Rural Mista "SÃO LUIZ", na propriedade do Sr. Vital Vilalta de Assunção, local denominado Três Barras;
- 20 - Escola Rural Mista "MANOEL DE CARVALHO", na propriedade denominada Mata;
- 21 - Escola Rural Mista "PEIRO JOSE DE QUEIROZ" na propriedade do Sr. PEIRO JOSE DE QUEIROZ no local denominado Córrego do Ouro;
- 22 - Escola Rural Mista "FAZENDA COQUEIRO", na propriedade do Sr. José Sebastião de Oliveira, denominado - fazenda "Coqueiro";
- 23 - Escola Rural Mista "Alfredo Justino", na propriedade do Sr. João Luis do Valle, denominada "Mata";
- 24 - Escola Rural Mista "SÃO BOM JESUS", na propriedade denominada São Bom Jesus.

Cont.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABUADO
ESTADO DE MATO GROSSO

Cont.

- 25 - Escola Rural Mista "Maria Filizeta de Queiroz", na propriedade do Sr. Walter Teixeira de Queiroz, denominada Rio Grande;
- 26 - Escola Rural Mista "José Lino de Paiva", na propriedade do Sr. José Vidente de Souza denominada - "Matas";
- 27 - Escola Rural Mista "Maria Queiroz Moreira", na propriedade do Sr. José Queiroz Moreira, denominada "Jardim";
- 28 - Escola Rural Mista "João Vicente de Freitas", na propriedade do Sr. José Fiori, denominada Aroeira;
- 29 - Escola Rural Mista "DURUE DE OLÍVIAS", na propriedade do Sr. José Clóvis de Pádua, denominada Três Barras;
- 30 - Escola Rural Mista "RUY BARBOZA", na propriedade do Sr. Evaldo José Salate, local denominado Envernadinha;
- 31 - Escola Rural Mista "OLAVO MILAO", na propriedade do Sr. Leoro Jamario Martins, denominada Córrego do Anil.

ARTIGO 2º - Fica criado para melhor orientação e fiscalização o cargo de Supervisor Escolar, cujo provimento se efetuará sujeito a legislação trabalhista.

PARAGRAFO UNICO - Fica igualmente autorizado o Sr. Prefeito Municipal, nomear por contrato de 10 (dez) meses os professores para as escolas constantes do artigo 1º, com vencimentos na base do salário mínimo vigente no Município.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes com a execução do artigo 2º e § Unico da presente propositura, correrá por conta da verba própria do orçamento em vigor, - según classificada e suplementada caso necessário.

6º - EDUCAÇÃO E CULTURA
ESCALA PRIMARIO

300061 -	Despesas Correntes
310061 -	Despesas de Custeio
311061 -	Pessoal
311161 -	Pessoal Civil
01-02-	vencimentos de professores.
.....	R\$ 28.000,00 -

Cont.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABUADO
ESTADO DE MATO GROSSO

Cont.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado, em 13 de Abril de 1970.

Sebastião Maria de Freitas
SEBASTIÃO MARIA DE FREITAS =
- Prefeito Municipal -

Registrado às fls. n° 87, 87V, 88 e 88V. e 89 do livro de leis e publicado por afixação no local de costume e na mesma data.

Wagner Bernardes
- WAGNER BERNARDES =
Secretário

+++

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABUADO
ESTADO DE MATO GROSSO

Relação de alunos por escolas fornecidas à Delegacia

<u>Escolas</u>	<u>nº de alunos</u>
Ajax Furquim Leite	12
Floriscena Laurinda de Castro	25
Isaura Lopes Lara	27
Porto Tabuado	30
Rui Barbosa	35
Odório Luis de Souza	18
Polibio Justino Garcia	29
Manoel de Carvalho	30
São Benedito	25
São Bom Jesus	28
São Luis	35
São João	32
Ulisses Rodrigues de Almeida	22
Santa Maria	27
Clavo Bilac	17
João Luis Pereira	27
Centenário de Rondon	31
Alfredo Justino	25
Antonio Teixeira de Queiroz	54
Boa Esperança	24
Duque de Caxias	25
João Ferreira Lima	28
João Lino Paiva	20
Carlos Alves Ferreira	20
Santa Rita	82
Leocório Rodrigues Almeida	61
Vila Oriente	106
João Vicente de Freitas	40
João Pimenta de Abreu	20
Ana Jacmina de Queiroz	15
Dr. Geraldo Nunes Ribeiro	18
Maria Queiroz Moreira	17
Maria Pimenta de Queiroz	20
Pedro José de Queiroz	18

Documento de solicitação de material - Escola Ajax Leite Furquim

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAL

ESCOLA: Ajax Furquim Leite

PROFESSOR: [nome]

DATA: [data]

TIPO DE MATERIAL: [] Material Didático [] Material de Consumo [] Material de Manutenção [] Material de Construção [] Material de Transporte [] Material de Comunicação [] Material de Segurança [] Material de Saúde [] Material de Esportes [] Material de Lazer [] Material de Outros []

QUANTIDADE: [] 1 [] 2 [] 3 [] 4 [] 5 [] 6 [] 7 [] 8 [] 9 [] 10 [] 11 [] 12 [] 13 [] 14 [] 15 [] 16 [] 17 [] 18 [] 19 [] 20 [] 21 [] 22 [] 23 [] 24 [] 25 [] 26 [] 27 [] 28 [] 29 [] 30 [] 31 [] 32 [] 33 [] 34 [] 35 [] 36 [] 37 [] 38 [] 39 [] 40 [] 41 [] 42 [] 43 [] 44 [] 45 [] 46 [] 47 [] 48 [] 49 [] 50 [] 51 [] 52 [] 53 [] 54 [] 55 [] 56 [] 57 [] 58 [] 59 [] 60 [] 61 [] 62 [] 63 [] 64 [] 65 [] 66 [] 67 [] 68 [] 69 [] 70 [] 71 [] 72 [] 73 [] 74 [] 75 [] 76 [] 77 [] 78 [] 79 [] 80 [] 81 [] 82 [] 83 [] 84 [] 85 [] 86 [] 87 [] 88 [] 89 [] 90 [] 91 [] 92 [] 93 [] 94 [] 95 [] 96 [] 97 [] 98 [] 99 [] 100 [] Mais []

ORÇAMENTO: [] Não [] Sim [] Outros []

ASSINATURA: [assinatura]

DATA: [data]

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MATERIAL

ESCOLA: Ajax Furquim Leite

PROFESSOR: [nome]

DATA: [data]

TIPO DE MATERIAL: [] Material Didático [] Material de Consumo [] Material de Manutenção [] Material de Construção [] Material de Transporte [] Material de Comunicação [] Material de Segurança [] Material de Saúde [] Material de Esportes [] Material de Lazer [] Material de Outros []

QUANTIDADE: [] 1 [] 2 [] 3 [] 4 [] 5 [] 6 [] 7 [] 8 [] 9 [] 10 [] 11 [] 12 [] 13 [] 14 [] 15 [] 16 [] 17 [] 18 [] 19 [] 20 [] 21 [] 22 [] 23 [] 24 [] 25 [] 26 [] 27 [] 28 [] 29 [] 30 [] 31 [] 32 [] 33 [] 34 [] 35 [] 36 [] 37 [] 38 [] 39 [] 40 [] 41 [] 42 [] 43 [] 44 [] 45 [] 46 [] 47 [] 48 [] 49 [] 50 [] 51 [] 52 [] 53 [] 54 [] 55 [] 56 [] 57 [] 58 [] 59 [] 60 [] 61 [] 62 [] 63 [] 64 [] 65 [] 66 [] 67 [] 68 [] 69 [] 70 [] 71 [] 72 [] 73 [] 74 [] 75 [] 76 [] 77 [] 78 [] 79 [] 80 [] 81 [] 82 [] 83 [] 84 [] 85 [] 86 [] 87 [] 88 [] 89 [] 90 [] 91 [] 92 [] 93 [] 94 [] 95 [] 96 [] 97 [] 98 [] 99 [] 100 [] Mais []

ORÇAMENTO: [] Não [] Sim [] Outros []

ASSINATURA: [assinatura]

DATA: [data]

ESTADO DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE MATERIAL ESCOLAR

D. E. M. Recursos Município Parada do Bomfim
 FOME DE ESCOLA Escola Rural "Apar. Sempina Leite"
 MUNICÍPIO Parada do Bomfim PUBLICADO EM DIA 08 / 1 /
 ANO DE CRIAÇÃO 1960

RESPONSÁVEL E ASSINADA NA DELEGACIA ABaixo O MATERIAL ESCOLAR DOS ITENS

1. DIÁRIAS	REINTEGRADO	RAZIM	QUANTOS	7
	A ESCOLAR	RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	1
2. DIÁRIAS	REINTEGRADO	RAZIM	QUANTOS	
	A ESCOLAR	RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	
3. DIÁRIAS	REINTEGRADO	RAZIM	QUANTOS	
	A ESCOLAR	RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	
4. DIÁRIAS	REINTEGRADO	RAZIM	QUANTOS	
	A ESCOLAR	RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	
5. DIÁRIAS	REINTEGRADO	RAZIM	QUANTOS	1
		RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	
	A ESCOLAR	RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	
		RAZIM	QUANTOS	

Documento de levantamento patrimonial - Escola Carlos Alves Ferreira.

ESTADO DO RIO GRANDE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DELEGACIA REGIONAL DE ESCOLAS

Escola Rural "Apar. Sempina Leite"
 BASE DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR

Parada do Bomfim Município Parada do Bomfim
 MUNICÍPIO Parada do Bomfim DISTRITO

SOLICITO DE V. SA. O MATERIAL ABaixo DESCRITIVO

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR LIDO
1	Paralelepípedos	caixa	1	
2	Mapas		1	
3	Cartões		1	
4	Cartões	caixa	1	
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				

Total: _____

Agostinho Espírito Santo
 SECRETÁRIO

AUTORIZADO
 AO ALCANÇAR PARA PROVE-
 -MENTAR

Delegado Regional de ESCOLAS

DECLARO: ser elaborado de D. E. M. de materiais constantes dos itens

DATA: _____

Assinatura do Diretor ou Responsável

Documento de solicitação de material - Escola Carlos Alves Ferreira.

ESTADO DE MATO-GROSSO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
LEVANTAMENTO PATRIMONIAL

D. E. R. Araxápolis MUNICÍPIO Araxápolis Tabuado
NOME DA ESCOLA Rural Afonso Carlos Alves Ferreira
ENDEREÇO Araxápolis - São Pedro
ATO DE CRIAÇÃO Nº _____ PUBLICADO EM D.O. DE ____/____/____
ZONA DE LOCALIZAÇÃO: URBANA RURAL
TIPO DE ESCOLA: MÚLTIPLO GRUPO ESCOLAR UNIDAS RURAL RURAL SÍTIO
A ESCOLA É: FEDERAL ESTADUAL MUNICIPAL PARTICULAR
O PRÉDIO É: PRÓPRIO ALUGADO ADAPTADO
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: TIJOLAS TAIPA MADEIRA PAISIA QUERO
NECESSITA DE REFORMAS: SIM NÃO
QUAIS?: _____
CURSOS MANUTIDOS PELA ESCOLA: Ensino
NÚMERO DE TURMAS: 2
DURAÇÃO DE TURMAS: 8 às 11,30 min
13 às 15,30
A ESCOLA LOCALIZA-SE EM TERRENO:
CELÃO ESTAD: MUNICÍPIO PARTICULAR FAZENDA 90 m²
USOS DE: ADIQUINHO LABORATÓRIO BIBLIOTECA CANTINA
REFEITÓRIO SALA DE PRIMEIROS SOCORROS SALA DE GRUPO RECREATIVOS
SANTIFÍCADO: RELIGIOSO NÃO EXISTE PREGAÇÃO
MASCULINO TOTAL 1 FEMININO TOTAL 1

E. A. F. 31-8-71 Maria A. P. Bahia
Assinatura do responsável
Função Professora

Documento de levantamento patrimonial da Escola Carlos Alves Ferreira.

ESTADO DE MATO-GROSSO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DELEGACIA ESCOLAR DE ARAXÁPOLIS

Escola Rural Afonso Carlos Alves Ferreira
NOME DO ESTABELECIMENTO EDUCACIONAL

Araxápolis Tabuado Sede
MUNICÍPIO DISTRITO

SOLICITO DE V-SAL.º O MATERIAL ABaixo DESCRITAMENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	ATE LIDO VIA DE DEP.
1	Mesa	peça	1	
2	cadeira	peça	2	
3	lápis	caixa	2	
4	caderno	cento	3	
5	livros		50	
6	lousa	caixa	5	
7	Globo terrestre	peça	1	
8	Planoquadro	peça	1	
9	littera	peça	1	
10				
11				
12				
13				
14				
15				

DATA: 31/8/71 AUTORIZADO AO ALOJAMENTO PARA PROVA - DECIAR

M. Bahia
Delegado Registral do Ensino

RECIBO de alojamento de D. E. R. de materiais constantes dos itens

DATA: ____/____/____

assinatura do diretor ou responsável.

Documento de descrição geral da Escola Amélia Jacob Chama.

ESCOLA MUNICIPAL DE 1º GRAU Santa Rita

-Extensão E.M.P.G. Amélia Jacob Chama.

Endereço da extensão: Fazenda Macaca

Distância da extensão até a Escola 15 Km.

DADOS DA EXTENSÃO ()

-Turno de funcionamento Matutino

-Capacidade de matrículas por turno 20 (Vinte)

-Número de alunos por turno 12 (Doze)

-Número de Salas de Aulas 01 (Uma)

-Séries previstas para funcionamento 1ª a 4ª Série

-Horário para funcionamento 07 às 11 horas

-A extensão é própria do Município, alugada ou cedida Cedida

-Tipo de construção (se é de tijolos, madeira etc) Tijolos

-Tipo de abastecimento da água: (se é encanada, poço, etc) Poço

-Possui quintas para lavar as mãos? Sim

-Possui quintos sanitários? Sim Qual o tipo de construção desses sanitários? (se é de tijolos, madeira, etc) Madeira

-Possui local para preparar a merenda escolar? Sim

-Citar quantos metros quadrados é o pátio de recreação 1.600 mts²

✓ NOME(S) DO(S) PROFESSOR (A) GRAU DE ESCLARIDADE

Veronica Terexima de Jesus Projeto Logos II

Questionário para as escolas primárias do município de Aparecida do Taboado - Informação geral.

QUESTIONÁRIO PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS DO MUNICÍPIO DE AP. TABOADO

ESCOLA INFORMAÇÃO GERAL

I - Nome Aparecida Municipal "Amélia Jacob Chama"

Localidade Aparecida do Taboado

Tempo de funcionamento Municipal

Nome do proprietário da fazenda União Garcia

Distância em relação à cidade 15 (quinze) Km

Distância em relação à escola mais próxima 15 (quinze) Km

II - PROFESSOR

Nome

Residência

Grau de instrução

Salário

Cursos que possui

Nomeação data / / P/ Escola atual

Contrato data / / P/ Escola atual

Quantos anos de experiência como professor?

III - PRÉDIO

Quando foi construído? 1.985 P/Estado P/Município Sim
outro?

Materiais de construção: Tijolos (x) Madeiras () Outros ()

Estado de Manutenção: Bom (x) Regular () Ruim ()

A escola é a propriedade não exclusivamente para aulas? Sim

Número de salas 01 (uma)

O terreno é da escola ou propriedade da fazenda?

Tem água? Sim Qual é a fonte? Boca Tem filtro? Sim

Tem cantina Sim tem privada? Sim

MATERIAIS ESCOLARES

Tem quadros negros? Sim Mapas Sim Bibliotecas? Sim

Normalmente tem suficiente? giz Sim livros básicos Sim cadernos Sim lápis Sim borrachas Sim carteiros Sim bancos Sim cadeiras Sim

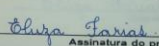
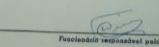
Descreva as condições das carteiras Sim

ATIVIDADES EXTRAS CURRICULARES


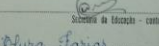
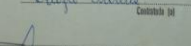

Existe merenda escolar? Sim que é fornecido? Sim

Qual são maiores problemas da escola? Sim existe

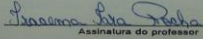

Curriculum Vitae - Eluza Farias.

CURRICULUM VITAE			
Município de: APARECIDA DO TABUADO			
Nome da Escola: Rural Miata " FLORISCELA LAURINDA DE CASTRO"			
Estadual:	Municipal: <input checked="" type="checkbox"/>	Particular:	
Localidade: Imóvel Sobradinho			
Nome do proprietário da fazenda em que está localizada a escola: José Apolinário da Silva			
Distância em relação à cidade: 50 km			
Distância em relação à escola mais próxima: 20 km			
Nome do professor: ELUZA FARIAS			
Filiação: Aluizio Farias Novais e Maria Conçução			
Data do nascimento: 06 de Julho de 1.949 Sexo: Feminino			
Estado Civil: solteira Nacionalidade: Brasileira			
Naturalidade: Cidade: Osvaldo Cruz Estado de: São Paulo			
Cursos que possui (indicando o estabelecimento):			
Primário <input checked="" type="checkbox"/> Grupo Escolar - Dr. Getúlio Vargas-Osvaldo Cruz- SP			
Ginasial <input checked="" type="checkbox"/> série ginasial Dr. Getúlio Vargas- Osvaldo Cruz- SP			
Colegial			
N.º Título Eleitoral	5.199	Data	
Secção	Zona	218	Estado Mato Grosso
Carteira de identidade n.		Local	
Tipo de provimento: Nomeação Data da Nomeação			
Contratação <input checked="" type="checkbox"/> Data da Contratação 10/01/72			
Período de contratação 10 meses			
Motivo da contratação: Vaga <input checked="" type="checkbox"/>			
Substituição			
Licença			
Aparecida do Tabuado, 10 de Fevereiro de 1972			
 Assinatura do professor			
Declaro a exatidão dos dados constantes deste CURRICULUM VITAE			
 Funcionário responsável pelo estabelecimento			


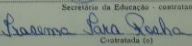
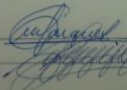
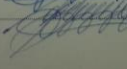
Contrato de locação de serviço - Eluza Farias.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS	
<p>Entre a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal e pelo seu Supervisor Escolar, aqui simplesmente chamada contratante e a (o) professora (or)</p> <p>" ELUZA FARIAS brasileira(o), maior, solteira(o), residente e domiciliada(o) Imóvel Sobradinho, neste município, aqui simplesmente chamada(o) contratada(o), ficou justo e acertado o seguinte:</p>	
<p>1.º) A (O) contratada(o) obriga-se, em cumprimento ao presente contrato, a lecionar na Escola</p> <p>Rural Miata " FLORISCELA LAURINDA DE CASTRO"</p> <p>o presente instrumento tem início em 10 Janeiro 1.972 e término para o dia 10 de outubro de 1.972</p>	
<p>2.º) em remuneração, a contratante pagará a (ao) contratada (o) mensalmente a quantia de</p> <p>R\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros)</p>	
<p>3.º) A (O) contratada (o) obriga-se a apresentar mensalmente, até o dia cinco (5) um relatório circunstanciado de suas atividades, devendo o mesmo constar de três (3) vias, e obriga-se ainda a obedecer aos órgãos superiores hierarquicamente tendo em vista as necessidades e as deliberações da contratante.</p>	
<p>4.º) O deslize funcional e a falta de aptidão por parte da (o) contratada (o) importará na automática rescisão contratual, de acordo com deliberação da contratante;</p> <p>E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas adiante indicadas.</p>	
<p>Aparecida do Tabuado, 10 de Fevereiro de 1972</p>	
<p>  Prefeito Municipal - contratante </p>	
<p>  Supervisor da Educação - contratante </p>	
<p>  Contratada (a) </p>	
<p>  Testemunha: </p>	

Curriculum Vitae - Iracema Iara Rocha.

CURRICULUM VITAE		
Município de:	APARECIDA DO TABUADO	
Nome da Escola:	Rural Vila "JOÃO VICENTE DE FREITAS"	
Estadual:	Municipal: <input checked="" type="checkbox"/>	Particular:
Localidade:	Aroeira	
Nome do proprietário da fazenda em que está localizada a escola:	Agostinho Batista Fiori	
Distância em relação à cidade:	35 Km.	
Distância em relação à escola mais próxima:	20 Km.	
Nome do professor:	IRACEMA IARA ROCHA	
Filiação:	Dionar Rocha e Iracema Silva Rocha	
Data do nascimento:	31 de Março de 1.952	Sexo: Feminino
Estado Civil:	Solteira	
Nacionalidade:	Brasileira	
Naturalidade:	Cidade Nova Granada	Estado de São Paulo
Cursos que possui (indicando o estabelecimento):		
Primário	Nova Granada - SP.	
Ginásial	Nova Granada - SP.	
Colegial	Nova Granada - SP.	
N.º do Título Eleitoral	Data	
Seção	Zona	Estado
Carteira de identidade n.º	Local	
Tipo de provimento: Nomeação Data da Nomeação		
Contratação <input checked="" type="checkbox"/> Data da Contratação 03/08/70.		
Período de contratação 03 meses		
Motivo da contratação: Vaga <input checked="" type="checkbox"/>		
Substituição		
Licença		
Aparecida do Tabuado, 03 de Agosto de 1970		
 Assinatura do professor		
Declaro a exatidão dos dados constantes deste CURRICULUM VITAE.		
 Funcionário responsável pelo preenchimento		

Contrato de locação de serviço - Iracema Iara Rocha.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS	
Entre a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal e pelo seu Supervisor Escolar, aqui simplesmente chamada contratante e a (o) professora (os)	
IRACEMA IARA ROCHA, brasileira(o), maior, solteira, residente e domiciliada(o) em Aroeira, aqui simplesmente chamada(o) contratada(o), ficou justo e acertado o seguinte:	
1.º A (O) contratada(o) obriga-se, em cumprimento ao presente contrato, a lecionar na Escola Rural Vila "JOÃO VICENTE DE FREITAS" por todo o ano letivo, ou seja pelo período aproximado de dez (10) meses;	
2.º em remuneração, a contratante pagará a (o) contratada (o) mensalmente a quantia de R\$ 300,00 (Trêscentos cruzeiros), correspondente a um salário mínimo regional;	
3.º A (O) contratada(o) obriga-se a apresentar mensalmente, até o dia cinco (5) um relatório circunstanciado de suas atividades, devendo o mesmo constar de três (3) vias, e obrigá-se ainda a obedecer aos órgãos superiores hierarquicamente tendo em vista as necessidades e as deliberações da contratante.	
4.º O deslize funcional e a falta de aptidão por parte da (o) contratada (o) importará na automática rescisão contratual, de acordo com deliberação da contratante.	
E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas diante indicadas.	
Aparecida do Tabuado, 31 de Agosto de 1970	
 Prefeito Municipal - Contratante	
 Secretária de Educação - contratada Iracema Iara Rocha Contratada (o)	
Testemunhas:	
 	

Curriculum Vitae - Ana Fernandes Salles.

CURRICULUM VITAE

Município de: APARECIDA DO TABUADO
Nome da Escola: Rural N.12ª MARIA QUEIROZ NOBRETA*
Estatual: _____ Municipal: a Particular: _____
Localidade: Fazenda Jardim
Nome do proprietário da fazenda em que está localizada a escola: José Queiroz Nobre
Distância em relação à cidade: 49 Km
Distância em relação à escola mais próxima: 19 Km
Nome do professor: ANA FERNANDES SALLES
Filiação: Manoel Fernandes Santos e Leopoldina Alves Santos
Data do nascimento: 30 de Novembro 1.921 Sexo: feminino
Estado Civil: casada Nacionalidade: brasileira
Naturalidade: Cidade Igarapava Estado de São Paulo
Cursos que possui (indicando o estabelecimento):
Primário 1º Grupo Escolar - Catanduva - SP- 20/12/34
Ginásial _____
Colegial _____
N.º Título Eleitoral 5.728 Data _____
Secção _____ Zona 24ª Estado Mato-Grosso
Carteira de identidade n. _____ Local _____
Tipo de provimento: Nomeação _____ Data da Nomeação _____
Contratação x Data da Contratação 10/01/72
Período de contratação 10 meses
Motivo da contratação: Vaga x
Substituição _____
Licença _____

Aparecida do Tabuado, 10 de Fevereiro de 1972

 Ana Fernandes de Salles
Assinatura do professor

Declaro a exatidão dos dados constantes deste CURRICULUM VITAE

 [Assinatura]
Pensionista Mensal pelo assalariado

Contrato de locação de Serviço - Ana Fernandes Salles.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE SERVIÇOS

Entre a Prefeitura Municipal de Aparecida do Tabuado, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal e pelo seu Supervisor Escolar, aqui simplesmente chamada contratante e a (o) professora (or)

* ANA FERNANDES DE SALLES - brasileira, solteira, residente e domiciliada(o) Fazenda Jardim - neste município - aqui simplesmente chamada(o) contratada(o), ficou justo e acertado o seguinte:

1.ª) A (O) contratada(o) obriga-se, em cumprimento ao presente contrato, a lecionar na Escola Rural N.12ª MARIA QUEIROZ NOBRETA e o presente instrumento tem início em 10 Janeiro 1.972 e término para o dia 30 de Outubro de 1.972

2.ª) em remuneração, a contratante pagará a (ao) contratada (o) mensalmente a quantia de R\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros)

3.ª) A (O) contratada(o) obriga-se a apresentar mensalmente, até o dia cinco (5) um relatório circunstanciado de suas atividades, devendo o mesmo constar de três (3) vias, e obriga-se ainda a obedecer aos órgãos superiores hierarquicamente tendo em vista as necessidades e as deliberações da contratante.

4.ª) O deslize funcional e a falta de aptidão por parte da (o) contratada (o) importará na automática rescisão contratual, de acordo com deliberação da contratante. E por estarem justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, juntamente com duas testemunhas adiante indicadas.

Aparecida do Tabuado, 10 de Fevereiro de 1972

 [Assinatura]
Prefeito Municipal - contratante

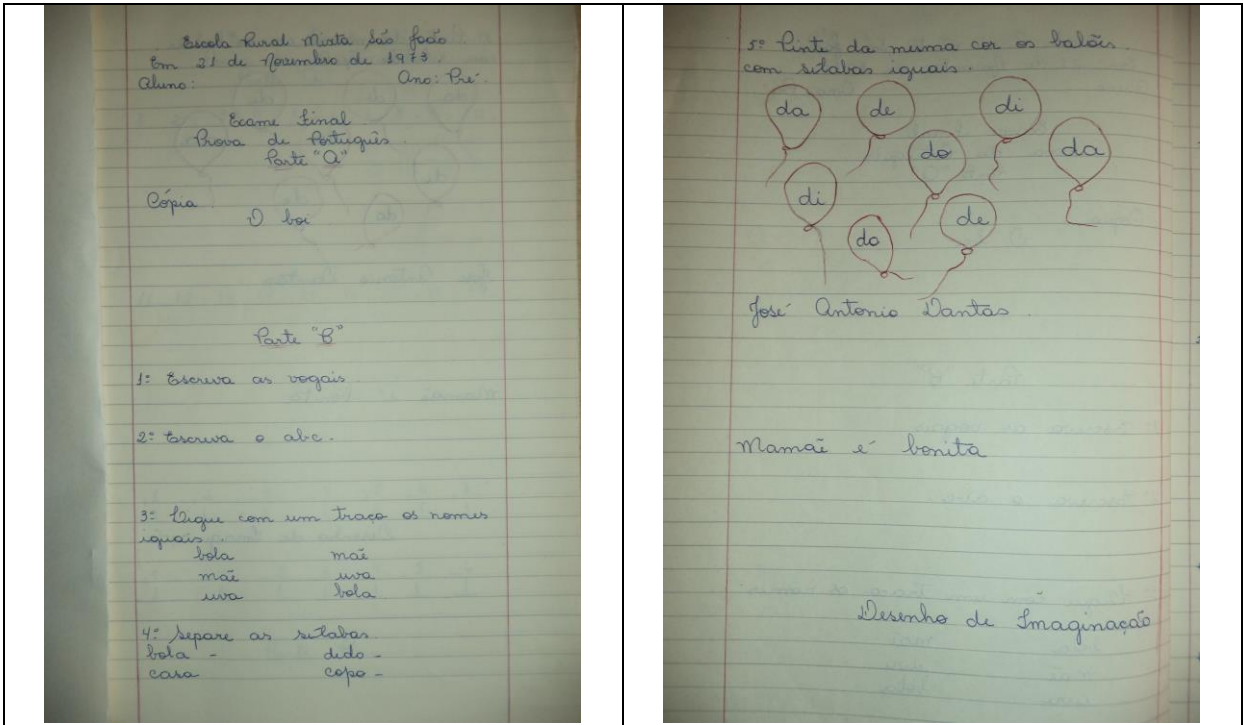
 [Assinatura]
Supervisor Escolar - contratante

 Ana Fernandes de Salles
Contratada (a)

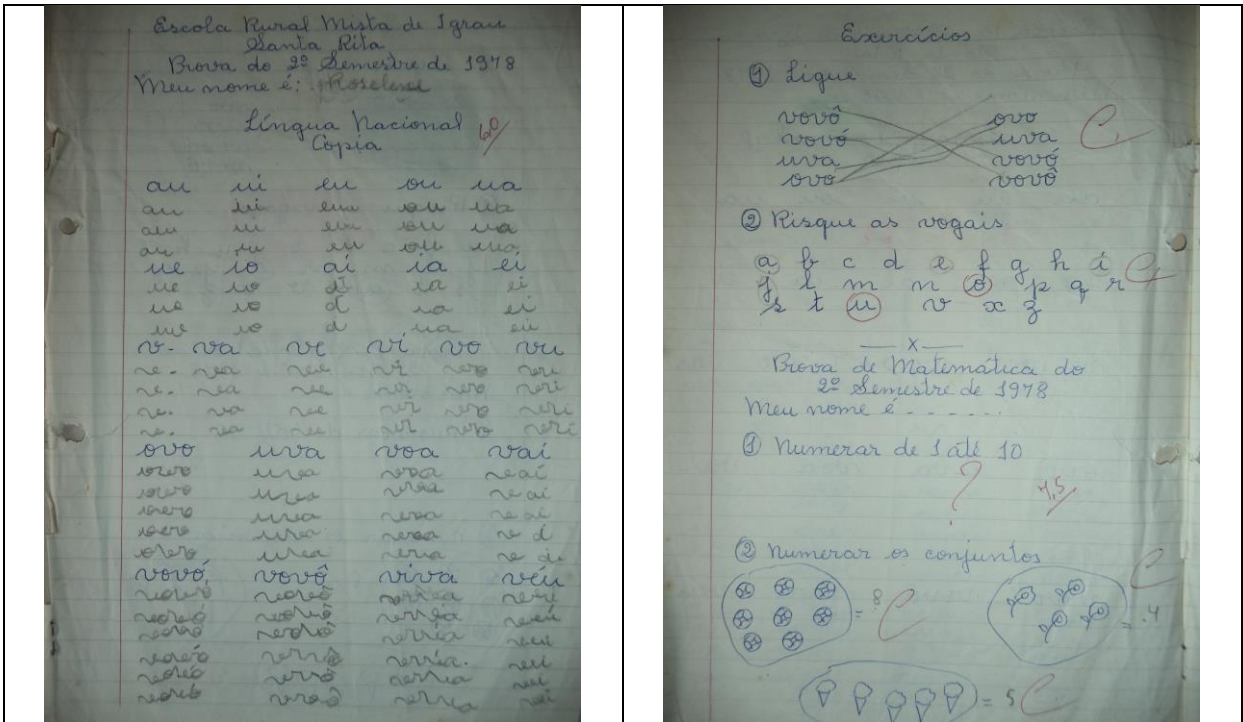
 [Assinatura]
Testemunha

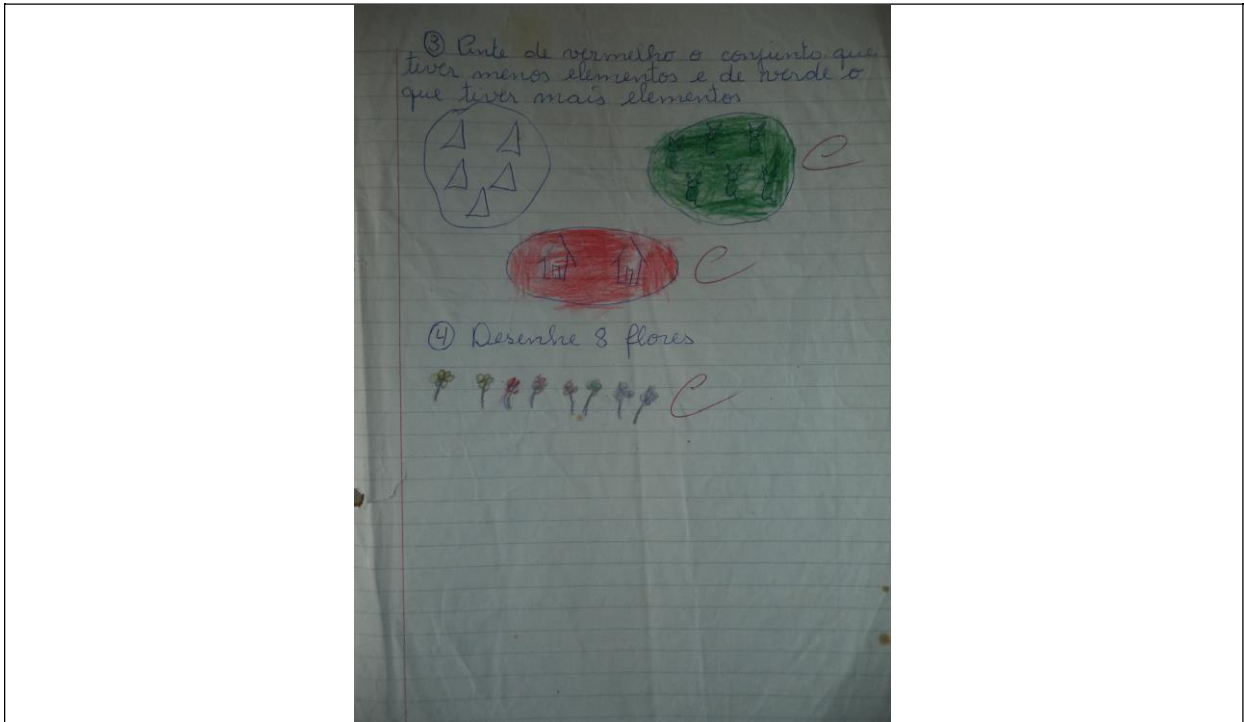
 [Assinatura]
Testemunha

Exame final - Escola Rural Mista São João.



Avaliação 2º semestre - Escola Rural Mista Santa Rita.





Avaliação - Escolar Rural Mista Antonio Aydar.

AVALIAÇÃO

(3,0) Tudo

Escola Municipal Ctenio 1º grau Aydar
 Aluno (a) Elisana Siqueira Goulart
 Ano Letivo 8 ano
 Ano Civil 1997
 Data 19/12

O presente instrumento será utilizado para medir o alcance dos seguintes objetivos:

01. Relata fatos de textos lidos;
02. Interpreta o texto lido;
03. Tem curiosidade e gosta de realizar pesquisa;
04. Toma atitudes em favor da preservação da natureza;
05. Revela interesse por assuntos ecológicos.

Caro (a) Aluno (a)


Você vai ler com atenção o texto que está abaixo, denominado. A árvore e a Onça.

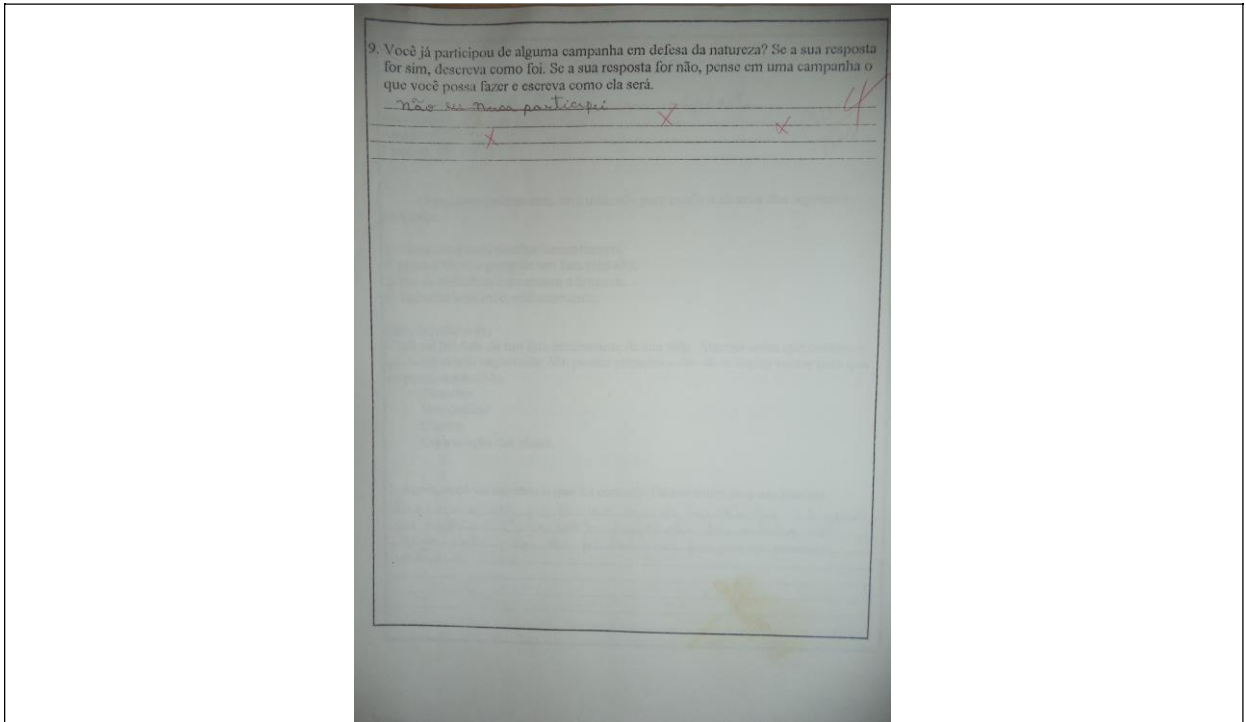
A ÁRVORE E A ONÇA ✓
(Roberta Soeiro, 9 anos)

Sou uma árvore grande e frutífera.
 Minhas flores são brancas e meus frutos são docinhos.
 Um dia apareceram dois homens, um baixinho gordo e um alto, forte e magro; quiseram me cortar.
 Eu pensei que ia perder meu tronco, mas apareceu uma onça-pintada e avançou; os homens saíram correndo.
 Mas outro dia eles voltaram e quase que eu ia perder meu tronco mesmo. Outra vez a onça apareceu e os homens fugiram.
 Comecei a rir sem parar do jeito deles.

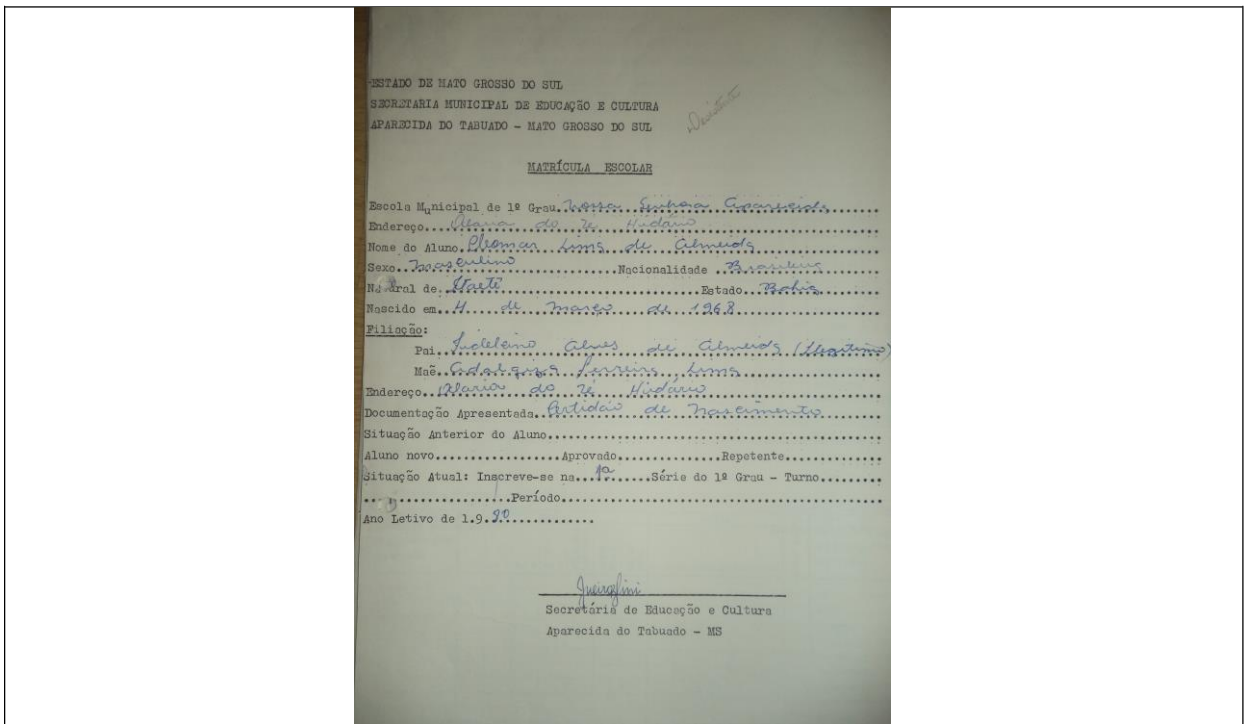
A onça deitou-se embaixo de mim. E a onça só saía pra caçar e pra namorar. E até hoje a onça e sua família moram debaixo de mim.

Em seguida você vai responder o que está sendo pedido:

1. Quem é a autora do texto? Qual é a idade dela?
Roberta Soeiro 9 anos ✓
2. Descreva a árvore do texto.
ela é alta e tem grande frutífera, com flores brancas e frutos docinhos X
3. A árvore passou por um grande perigo. Por quê?
porque apareceram os caçadores e queriam cortar a X
4. Quem defendeu a árvore da ameaça dos caçadores?
a onça ✓
5. Você também faria o que a onça fez? Por quê?
eu sim, para defender a natureza ✓
6. Você acredita que as árvores devem ser preservadas? Por quê?
eu não, sim, para fazer sombras, e dar frutos etc... X
7. Há outras coisas na natureza que precisamos preservar? Quais?
as outras plantas, papéis, flores, montes, árvores ✓
8. A árvore é um vegetal que possui partes importantes como: flores, frutos, tronco, folhas e raízes.
 Faça uma visita ao redor da escola e traga duas partes de uma árvore. Cole em sua avaliação e escreva o nome delas.
Raiz  flor ✓



Matrícula Cleomar Lima de Almeida.



Ficha individual - Cleomar Lima de Almeida 1977.

ESTADO DE MATO GROSSO
Secretaria de Educação e Cultura
DREC de Paranaíba

Escola Municipal de 1º grau Nossa Senhora Aparecida

ESTABELECIMENTO

ORIGEM: CRIAÇÃO - AUTORIZAÇÃO - RECONHECIMENTO

ENDEREÇO: Maria José 1187 NÚMERO: - C.P.: 79.575 FONE: -

NOME DO ALUNO: Cleomar Lima Almeida

DATA DE NASCIMENTO: 04/04/58 NATURALIDADE - ESTADO: Itaituba PA NACIONALIDADE: Brasileira

NOME DO PAI: Feldecino Alves Almeida NOME DA MÃE: Adalgisa Pereira Lima

FICHA INDIVIDUAL

1º grau nível I a IV

SERIE: I TURMA: TURNO: LETIVO: 1977

MATERIAS	1º B	2º B	3º B	4º B	MB	PF	RP	FR	RF
Com. Expressão	/								
Int. Social									
Inic. Ciências									
FALTAS									
DIAS LETIVOS					CARGA HORÁRIA				
OBSERVAÇÕES: <u> RESISTENTE.</u>									
LOCAL E DATA									

SECRETÁRIO: Maria Quiteria Sales DIRETOR: Maria Elizabeth de Castro Neto

Ficha individual - Cleomar Lima de Oliveira de 1980 e o complemento com as disciplinas.

ESTADO DE MATO GROSSO
Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Agência Regional de Educação de Paranaíba

Escola Municipal de 1º grau Antônio Aguiar

Nome: Cleomar Lima de Oliveira

Data de Nascimento: 04, 02, 58 Natural de: Itaituba - PA

Nacionalidade: Brasileira

Pai: Feldecino Alves de Almeida

Mãe: Adalgisa Pereira Lima

ENSINO DE 1º GRAU - 1º a 4º série

FICHA INDIVIDUAL

ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDOS E/OU DISCIPLINAS	NOTAS				FALTAS				RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA SÉRIE	
	1º B	2º B	3º B	4º B	1º B	2º B	3º B	4º B		TOTAL
Com. Expressão	-	-	-	-	45	45	-	-	-	ANO: <u> 1980</u> SÉRIE: <u> 1º</u> NÚMERO: <u> 222</u> APROVADO () REPROVADO () TRANSFERIDO () DESISTENTE (X) CARGA HORÁRIA TOTAL DA SÉRIE: <u> 220</u>
Int. Social	-	-	-	-	-	-	45	-	-	
Inic. Ciências	-	-	-	-	-	-	-	45	130	

E. M. P. C. Antônio Aguiar Município: Aparecida do Taboado - MS

SECRETÁRIO: Maria Quiteria Sales DIRETOR: Maria Elizabeth de Castro Neto

Requerimento de Matrícula Maria de Fátima de Jesus e o complemento com as assinaturas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
APARECIDA DO TABOADO - MS

AGÊNCIA Regional DE EDUCAÇÃO DE Caracatã Ass. 11
REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Imo. Sr. Diretor da Escola M. C. Bom Jesus

Eu Maria Aparecida de Jesus (Pai ou Responsável)
aceitando as disposições do Regulamento Interno do Estabelecimento, venho requerer a V. Sa. matrícula de Maria de Fátima de Jesus (nome do(a) Aluno(a))
RG nascido(a) em 10 / 12 / 1989 na cidade de Caracatã do Taboado
Estado do(a) _____ Sexo Feminino filho(a) de _____ e de Maria Aparecida de Jesus
Residente a taboado Bom Jesus nº _____
Bairro _____ Telefone _____ nº _____

1ª Série, do 1º Grau, ano letivo 1980
Curso regular Turno matutino
Nestes Termos
P. Deferimento 09 / 03 / 180
ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL Juizolino
FUNÇÃOÁRIO RESPONSÁVEL Juizolino
 Defiro Indefero Maria Aparecida de Jesus DIRETOR Caracatã
Assinatura Nº. 0017/80

2ª Série, do 1º Grau, ano letivo 1981
Curso regular Turno vespertino
Nestes Termos
P. Deferimento 16 / 03 / 81
ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL Juizolino
FUNÇÃOÁRIO RESPONSÁVEL Juizolino
 Defiro Indefero Maria Aparecida de Jesus DIRETOR Caracatã
Assinatura Nº. 0017/80

3ª Série, do 1º Grau, ano letivo 1982
Curso regular Turno matutino
Nestes Termos
P. Deferimento 13 / 03 / 82
ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL Juizolino
FUNÇÃOÁRIO RESPONSÁVEL Juizolino
 Defiro Indefero Maria Aparecida de Jesus DIRETOR Caracatã
Assinatura Nº. 0017/80

3ª Série, do 1º Grau, ano letivo 1984
Curso regular Turno vespertino
Nestes Termos
P. Deferimento 14 / 02 / 84
ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL Juizolino
FUNÇÃOÁRIO RESPONSÁVEL Juizolino
 Defiro Indefero Maria Aparecida de Jesus DIRETOR Caracatã
Assinatura Nº. 0017/80

Série, do _____ Grau, ano letivo _____
Curso _____ Turno _____
Nestes Termos
P. Deferimento _____ / ____ / ____
ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL _____
FUNÇÃOÁRIO RESPONSÁVEL _____
 Defiro Indefero _____ DIRETOR _____

ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO _____

OBSERVAÇÕES _____

Ficha individual - Maria de Fátima de Jesus 1980, 1984 e 1985, e o complemento com as disciplinas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Agência Regional de Educação de Caracatã "11"
Escola Municipal de 1º grau M. C. Bom Jesus

Nome Maria de Fátima de Jesus
Data de Nascimento: 10 / 12 / 1989 Natural de Aparecida do Taboado - MS
Nacionalidade: Brasileira
Filiação: Pa.
Mãe: Maria Aparecida de Jesus

FICHA INDIVIDUAL
ENSINO DE 1º GRAU - 1ª a 4ª série

ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDOS E/OU DISCIPLINAS

NOTAS	NOTAS				MÉDIA DOS BIMESTRES	RECUPER. FINAL	MÉDIA FINAL	FALTAS				TOTAL	NOTAS DIÁRIAS	RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA SÉRIE
	1oB	2oB	3oB	4oB				1oB	2oB	3oB	4oB			
Nota de Recuperação	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	-	5,0	0	0	0	0	0	-	ANO: 1980
Nota Social	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	-	5,0	0	0	0	0	0	-	SÉRIE: 1ª
Nota, Disciplinas	5,0	5,0	5,0	5,0	5,0	-	5,0	0	0	0	0	0	-	NÚMERO: **

E. M. P. G. "M. C. Bom Jesus" Município Aparecida do Taboado - MS
OBS. _____

Secretário (a) _____ Diretor (a) Caracatã

ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDOS E/OU DISCIPLINAS

NOTAS	NOTAS				MÉDIA DOS BIMESTRES	RECUPER. FINAL	MÉDIA FINAL	FALTAS				TOTAL	NOTAS DIÁRIAS	RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA SÉRIE
	1oB	2oB	3oB	4oB				1oB	2oB	3oB	4oB			
Nota de Recuperação	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	ANO: 1984
Nota Social	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	SÉRIE: 3ª
Nota, Disciplinas	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	NÚMERO: **

E. M. P. G. "M. C. Bom Jesus" Município Aparecida do Taboado - MS
OBS. _____

Secretário (a) _____ Diretor (a) Caracatã

ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDOS E/OU DISCIPLINAS

NOTAS	NOTAS				MÉDIA DOS BIMESTRES	RECUPER. FINAL	MÉDIA FINAL	FALTAS				TOTAL	NOTAS DIÁRIAS	RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA SÉRIE
	1oB	2oB	3oB	4oB				1oB	2oB	3oB	4oB			
Nota de Recuperação	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	ANO: 1985
Nota Social	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	SÉRIE: 3ª
Nota, Disciplinas	7,0	7,0	7,0	7,0	7,0	-	7,0	0	0	0	0	0	-	NÚMERO: **

E. M. P. G. "M. C. Bom Jesus" Município Aparecida do Taboado - MS
OBS. _____

Secretário (a) _____ Diretor (a) Caracatã

CÁLCULO DA MÉDIA FINAL

$$\frac{3 \times MA + 2 \times RF}{5} = MF$$

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 Prefeitura Municipal de Aparecida do Taboado
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 Agência Regional de Educação de Fátima do Sul

Escola Municipal de 1º grau "Mário Zanetti"

Nome: Mary Queiroz Galvão
 Data de Nascimento: 30/10/69 Natureza de: Aparecida do Taboado - MS
 Nacionalidade: Brasileira
 Filiação: Paulo
 Mãe: Maria Aparecida do Taboado

ENSINO DE 1º GRAU - 1ª a 4ª séries

FICHA INDIVIDUAL

ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDOS E/OU DISCIPLINAS	NOTAS				MÉDIA GERAL	FALTAS				JULGOS INDICADOS	RESULTADOS E OBSERVAÇÕES DA SÉRIE	
	1.º B	2.º B	3.º B	4.º B		1.º B	2.º B	3.º B	4.º B			TOTAL
Português	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	0	0	0	0	0		AND: 1.º SÉRIE
Matemática	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	0	0	0	0	0		SÉRIE: 08
Ciências	8,0	8,0	8,0	8,0	8,0	0	0	0	0	0		NÚMERO: 00
												APROVADO (X)
												REPROVADO ()
												TRANSFERIDO ()
												DESISTENTE ()
												CARGA HORÁRIA TOTAL DA SÉRIE: 200

E. M. P. G. "Mário Zanetti" Município: Aparecida do Taboado - MS
 O. S. S.:
 M. P. Q. G. Mary Queiroz Galvão S. S. S. M. P. Q. G.
 Secretário (a) Diretor (a)

Requerimento de Matrícula Roberto Henrique Silva e o complemento com as assinaturas.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
 APARECIDA DO TABOADO - MS

AGÊNCIA Regional DE EDUCAÇÃO DE Fátima do Sul - 22 -
REQUERIMENTO DE MATRÍCULA

Ilmo. Sr. Diretor da Escola M. P. G. Benedito Caputo
 Eu Aparecida de Fátima Silva (Pai ou Responsável)
 acatando as disposições do Regimento Interno do Estabelecimento, venho requerer a V. Sa. matrícula de Roberto Henrique Silva
 (nome do(a) Aluno(a))
 RG: 11111111 nascido(a) em 07/10/1966 na cidade de Santa Ce. de Sul Estado de(s): São Paulo
 Nacionalidade: Brasileira Sexo: Masculino filho(a) de Paulo e Aparecida de Fátima Silva
 Residente à Fazenda Cachoeirinha n.º 10
 Bairro: _____ Telefone: _____ nº: _____

<p>1ª Série, do 1º Grau, ano letivo <u>1988</u> Curso <u>Regular</u> Turno <u>Matutino</u> Nestes Termos P. Deferimento <u>04/02/88</u> <u>Aparecida de Fátima Silva</u> ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL <u>Benedito Caputo</u> FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL <input type="checkbox"/> Defiro <input checked="" type="checkbox"/> Indefiro <u>Maria Elizabeth</u> Assessoria Nº 001/88</p>	<p>1ª Série, do 1º Grau, ano letivo <u>1991</u> Curso <u>Regular</u> Turno <u>Matutino</u> Nestes Termos P. Deferimento <u>08/02/91</u> <u>Benedito Caputo</u> ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL <u>Benedito Caputo</u> FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> Defiro <input type="checkbox"/> Indefiro <u>Inaci Francisco Guimarães</u> Assessoria Nº 001/88</p>
<p>Série, do _____ Grau, ano letivo _____ Curso _____ Turno _____ Nestes Termos P. Deferimento _____ _____ ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL _____ FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL <input type="checkbox"/> Defiro <input type="checkbox"/> Indefiro _____ DIRETOR</p>	<p>Série, do _____ Grau, ano letivo _____ Curso _____ Turno _____ Nestes Termos P. Deferimento _____ _____ ASS. DO PAI OU RESPONSÁVEL _____ FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL <input type="checkbox"/> Defiro <input type="checkbox"/> Indefiro _____ DIRETOR</p>

Ficha Individual - Roberto Henrique Silva.

Estado de Mato Grosso do Sul
 Prefeitura Municipal de Ap. do Taboado
 Secretaria de Educação e Cultura

FICHA INDIVIDUAL
 ENSINO DE 1.º GRAU - 1.ª A 4.ª SÉRIE

Nome: **ROBERTO HENRIQUE SILVA** Agência: **PARAFARMA - 11 -**

ATIVIDADES	NOTAS					FALTAS					ANOS	NÚMERO	CARGA HORÁRIA TOTAL DA SÉRIE		
	1.ª B	2.ª B	3.ª B	4.ª B	MÉDIA	1.ª B	2.ª B	3.ª B	4.ª B	TOTAL				Atas	Boletins
Com. Expressão	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	750
Int. Social	3,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Idioma	2,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
APROVADO () TRANSFERIDO () OUTROS _____ REPROVADO () DESISTENTE ()															

OBS: Média de 198,85 letras Faltas nº 01/88 GOVERF/SE de 07/01/88.

Mary Quines Sales
SECRETARIA

Maria Cristina de Castro
DIRETORA

ATIVIDADES	NOTAS					FALTAS					ANOS	NÚMERO	CARGA HORÁRIA TOTAL DA SÉRIE		
	1.ª B	2.ª B	3.ª B	4.ª B	MÉDIA	1.ª B	2.ª B	3.ª B	4.ª B	TOTAL				Atas	Boletins
Português	5,0	2,0	3,0	-	2,3	0/0	0/2	0/5	-	-	-	-	-	04	80
Estudos Sociais	3,0	4,0	3,0	-	3,3	0/0	0/5	-	-	-	-	-	-	-	-
Ciências	4,0	3,0	2,0	-	3,0	0/0	0/5	-	-	-	-	-	-	-	-
Matemática	2,0	5,0	2,0	-	3,0	0/0	0/5	-	-	-	-	-	-	-	-
APROVADO () TRANSFERIDO () OUTROS _____ REPROVADO () DESISTENTE ()															

OBS: 198,85 letras Faltas nº 01/88 GOVERF/SE de 07/01/88.

Mary Quines Sales
SECRETARIA

Maria Cristina de Castro
DIRETORA

Estatística Educacional - Escola Rural Porto Taboado -1972.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TABOADO

ESTADÍSTICA EDUCACIONAL

Município de APARECIDA DO TABOADO
 Nome Completo da Escola - - - - - Rural Mista "POSTO TABOADO"
 Nome do Professor(a) - - - - - Gilmar Almeida Moris
 Matidade - - - - - Prefeitura Municipal
 Local onde está situada a escola - - - - - Porto Taboado
 Distância em relação à cidade - - - - - 18 km
 Distância em relação à escola mais próxima - - - - - 10 km
 Nº de professores 1 Nº de turmas 1 Horário 7-11.00 hs

Séries	Número de alunos existentes em Novembro de 1.971			Número de alunos aprovados nas exames finais 1.971		
	Maç.	Fem.	Total	Maç.	Fem.	Total
1ª série	6	3	9	3	1	4
2ª série	1	1	2	-	-	-
3ª série	2	3	5	1	3	4
4ª série	2	2	4	-	-	-
S O M A	10	7	17	4	4	8

Número de alunos que tiveram matrículas canceladas até Novembro de 1.971, por qualquer motivo no 1º ano 11 ; no 2º ano 2 ; no 3º ano 2 ; no 4º ano 1 .

Estatística Educacional - Escola Rural Maria Queiroz Moreira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TAPIRÁO

ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

Município de APARECIDA DO TAPIRÁO
 Nome Completo da Escola - **Rural Maria QUEIROZ MOREIRA**
 Nome do Professor(a) - **ANA FERNANDES SALLAS**
 Entidade Mantenedora - **Prefeitura Municipal**
 Local onde está situada a escola - **Fazenda Jardim**
 Distância em relação à cidade - **49 km**
 Distância em relação à escola mais próxima - **19 km**
 Nº de professores **01** Nº de turmas **01** Horário **12- 14.00 hs**

Séries	Número de alunos existentes em Novembro de 1.971			Número de alunos aprovados nos exames finais 1.971		
	Mas.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total
1ª série	8	10	18	2	11	13
2ª série	1	1	2	1	1	2
3ª série						
4ª série	3	2	5	3	2	5
S O M A	12	21	33	6	14	20

Número de alunos que tiveram matrículas canceladas até Novembro de 1.971, por qualquer motivo no 1º ano **4** ; no 2º ano ; no 3º ano ; no 4º ano

Estatística Educacional - Escola Rural Centenário Rondon.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

3a

PREFEITURA MUNICIPAL DE APARECIDA DO TAPIRÁO

ESTATÍSTICA EDUCACIONAL

Município de APARECIDA DO TAPIRÁO
 Nome Completo da Escola - **Rural Maria CENTENÁRIO DE RONDON**
 Nome do Professor(a) - **Geny Martins Alves Espalau**
 Entidade Mantenedora - **Prefeitura Municipal**
 Local onde está situada a escola - **Vila Nossa Senhora Conceição**
 Distância em relação à cidade - **28 km**
 Distância em relação à escola mais próxima - **12 km**
 Nº de professores **1** Nº de turmas **1** Horário **11-15.00**

Séries	Número de alunos existentes em Novembro de 1.971			Número de alunos aprovados nos exames finais 1.971		
	Mas.	Fem.	Total	Mas.	Fem.	Total
1ª série	7	5	12	3	1	4
2ª série	5	3	8	2	2	4
3ª série	1	1	2	1	1	2
4ª série						
S O M A	13	9	22	6	4	10

Número de alunos que tiveram matrículas canceladas até Novembro de 1.971, por qualquer motivo no 1º ano **8** ; no 2º ano **6** ; no 3º ano **1** ; no 4º ano

Ficha de frequência - Escola Coqueiros.

FREQUÊNCIA ESCOLAR		Série	Turno	MES DE MAIO 1973			
Escola	Local	Professora	Classe ou Faltas				
Escola: <i>Escola Coqueiros</i>	Local: <i>Coqueiros</i>	Professora: <i>Luciana</i>	Classe ou Faltas: <i>Classe de Português</i>				
NOME	DIAS	TOTAL	APROVEITAMENTO			ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	
			FALTAS	NT	NP		NR
<i>Adriana</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	1 - Participar das Cursas de Estudos e sereno acadêmicos 2 - Preparar apresentações com plano de trabalho 3 - Participar ativamente das reuniões Culturais dentro e fora da Escola 4 - Em de sala - realizar a própria tarefa ATIVIDADES CÍVICAS Constituir em sua classe 1 - Dia do Trabalho (Geral) 2 - Dia do Índio (Geral) 3 - Aniversário da Independência 4 - Batalha de Tucuruí
<i>Adriana</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>4</i>	<i>4</i>	<i>0</i>	<i>4</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>0</i>	<i>5</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>0</i>	<i>6</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>7</i>	<i>7</i>	<i>0</i>	<i>7</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>0</i>	<i>8</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>9</i>	<i>9</i>	<i>0</i>	<i>9</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>0</i>	<i>10</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>11</i>	<i>11</i>	<i>0</i>	<i>11</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>0</i>	<i>12</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>13</i>	<i>13</i>	<i>0</i>	<i>13</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>14</i>	<i>14</i>	<i>0</i>	<i>14</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
<i>Adriana</i>	<i>15</i>	<i>15</i>	<i>0</i>	<i>15</i>	<i>0</i>	<i>0</i>	
RESUMO							
TOTAL							
TOTAL DE FALTAS							
TOTAL DE NOTAS							
TOTAL DE NOTAS							
TOTAL DE NOTAS							

Ficha de frequência - Escola João Vicente Freitas.

FREQUÊNCIA ESCOLAR		Série	Turno	MES DE MAIO 1973			
Escola	Local	Professora	Classe ou Faltas				
Escola: <i>Escola João Vicente Freitas</i>	Local: <i>João Vicente Freitas</i>	Professora: <i>Luciana</i>	Classe ou Faltas: <i>Classe de Português</i>				
NOME	DIAS	TOTAL	APROVEITAMENTO			ATIVIDADES PEDAGÓGICAS	
			FALTAS	NT	NP		NR
<i>Adriana</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	<i>1</i>	<i>0</i>	1 - Participar das Cursas de Estudos e sereno acadêmicos 2 - Preparar apresentações com plano de trabalho 3 - Participar ativamente das reuniões Culturais dentro e fora da Escola 4 - Em de sala - realizar a própria tarefa ATIVIDADES CÍVICAS Constituir em sua classe 1 - Dia do Trabalho (Geral) 2 - Dia do Índio (Geral) 3 - Aniversário da Independência 4 - Batalha de Tucuruí	
<i>Adriana</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>0</i>	<i>2</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>0</i>	<i>3</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>4</i>	<i>4</i>	<i>0</i>	<i>4</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>5</i>	<i>5</i>	<i>0</i>	<i>5</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>6</i>	<i>6</i>	<i>0</i>	<i>6</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>7</i>	<i>7</i>	<i>0</i>	<i>7</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>8</i>	<i>8</i>	<i>0</i>	<i>8</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>9</i>	<i>9</i>	<i>0</i>	<i>9</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>10</i>	<i>10</i>	<i>0</i>	<i>10</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>11</i>	<i>11</i>	<i>0</i>	<i>11</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>12</i>	<i>12</i>	<i>0</i>	<i>12</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>13</i>	<i>13</i>	<i>0</i>	<i>13</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>14</i>	<i>14</i>	<i>0</i>	<i>14</i>	<i>0</i>		
<i>Adriana</i>	<i>15</i>	<i>15</i>	<i>0</i>	<i>15</i>	<i>0</i>		
RESUMO							
TOTAL							
TOTAL DE FALTAS							
TOTAL DE NOTAS							
TOTAL DE NOTAS							
TOTAL DE NOTAS							

